



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS DE CHAPECÓ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**MILENA PAULA DURANTE ZANCANARO**

**A MODERNIDADE LÍQUIDA DE BAUMAN E**  
**OS SENTIDOS DA EMANCIPAÇÃO**

**CHAPECÓ**  
**2026**

**MILENA PAULA DURANTE ZANCANARO**

**A MODERNIDADE LÍQUIDA DE BAUMAN E  
OS SENTIDOS DA EMANCIPAÇÃO**

Dissertação apresentada à banca de defesa do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFFS, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. CLOVIS BRONDANI

CHAPECÓ  
2026

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Zancanaro, Milena Paula Durante  
A MODERNIDADE LÍQUIDA DE BAUMAN E OS SENTIDOS DA  
EMANCIPAÇÃO / Milena Paula Durante Zancanaro. -- 2026.  
71 f.

Orientador: Doutor Clovis Brondani

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Filosofia,  
Chapecó, SC, 2026.

1. Modernidade Líquida. 2. Liquidez. 3. Emancipação.  
I. Brondani, Clovis, orient. II. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. III. Título.

**MILENA PAULA DURANTE ZANCANARO**

**A MODERNIDADE LÍQUIDA DE BAUMAN E  
OS SENTIDOS DA EMANCIPAÇÃO**

Dissertação apresentada à banca de defesa do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFFS, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Filosofia.


Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 10/03/2026.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **CLOVIS BRONDANI**  
Data: 15/04/2026 12:52:03 -0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

---

**Prof. Dr. Clovis Brondani – UFFS**  
Orientador

Documento assinado digitalmente  
 **ALCIONE ROBERTO ROANI**  
Data: 15/04/2026 15:05:03 -0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

---

**Prof. Dr. Alcione Roberto Roani – UFFS**  
Avaliador

---

**Prof. Dr. Nadir Antonio Pichler – UFFS**  
Avaliador

Documento assinado digitalmente  
 **NADIR ANTONIO PICHLER**  
Data: 15/04/2026 21:46:28 -0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

*Dedico este trabalho aos inconformados, pois estes compreendem que  
“uma vida não examinada não vale a pena ser vivida”. (Sócrates)*

## AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Clovis Brondani, pela orientação incansável, pelo rigor intelectual e pela compreensão paciente diante das dificuldades inerentes a este percurso. Sua confiança e seu apoio foram pilares fundamentais para a conclusão desta pesquisa.

Agradeço aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Alcione Roberto Roani e Prof. Dr. Nadir Antonio Pichler (que tive a honra de ser orientanda durante a graduação em Filosofia), pela generosa disponibilidade, pela leitura criteriosa e pelas contribuições valiosas, que enriqueceram significativamente este trabalho. À vocês, minha admiração eterna.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, campus Chapecó), pela oportunidade formativa e pelo suporte institucional que tornaram possível este mestrado. Reconheço, com gratidão, a compreensão demonstrada pelos colegas e pela coordenação diante dos desafios que marcaram esta jornada.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela oportunidade de ter apoio financeiro (durante um período) concedido por meio de bolsa de mestrado, fundamental para a realização desta pesquisa.

À minha família, em especial a meus pais, Alzeri e Janes e minha irmã Bruna, direciono minha eterna e sincera gratidão pelo suporte incondicional, tanto emocional quanto financeiro, que sempre foi meu porto seguro e minha principal motivação para não desistir nos momentos de angústia.

Aos meus amigos, pela compreensão, paciência e incentivo nos momentos em que minhas ausências e ocupações foram maiores: gratidão! Sua amizade foi um refúgio essencial, um combustível para seguir adiante.

À todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para esta conquista, meu eterno reconhecimento, especialmente àqueles cuja contribuição e suporte foram fundamentais para a manutenção da minha saúde mental e resiliência ao longo desta jornada acadêmica desafiadora.

Por fim, reconheço meu lugar neste percurso desafiador, onde consegui construir fortalezas como refúgio para os momentos desafiadores e, em meio ao

caos passei à apreciar a beleza dos momentos banais. Gratidão por acreditarem em meu potencial, até mesmo quando parecia não existir sentido.

*“É preciso ter o caos dentro de si para dar à luz uma estrela cintilante” (Nietzsche).*

“Compreender aquilo a que estamos fadados significa estarmos conscientes de que isso é diferente de nosso destino. E compreender aquilo a que estamos fadados é conhecer a rede complexa de causas que provocaram essa fatalidade e sua diferença daquele destino. Para operar no mundo (por contraste a ser “operado” por ele) é preciso entender como o mundo opera.” (Zygmunt Bauman)

## RESUMO

A pesquisa investiga o conceito de emancipação no cenário da Modernidade Líquida, de Zygmunt Bauman. Contextualiza-se pela análise das aceleradas transformações socioculturais que marcaram a vida do sujeito moderno, identificando as formas como a relação entre instantaneidade e liquidez descritas por Bauman, configuraram um novo padrão de vida na sociedade líquida-moderna e, diante dessa nova racionalidade, qual seria o papel da emancipação do sujeito . Para responder à questão, trataremos os conceitos de “sólido” e “líquido”, visando demonstrar como ocorreu a passagem de um modelo alicerçado em estruturas estáveis para outro caracterizado pela fluidez e pela inexistência de esferas duradouras; investigaremos o paradigma da instantaneidade e seu impacto na vida e na subjetividade do indivíduo; e, por fim, exploraremos o papel e a possibilidade da emancipação nesse cenário líquido-moderno. Metodologicamente, a pesquisa adota uma revisão bibliográfica e qualitativa, centrada na obra Modernidade Líquida (2001), de Zygmunt Bauman. Considera-se, portanto, que a emancipação na modernidade líquida não é uma solução final, mas sim um processo de tomada de consciência, compreendendo seu espaço e tornando-se protagonista de sua própria vida.

Palavras-chave: Modernidade Líquida; Liquidez; Emancipação.

## RESUMEN

La investigación analiza el concepto de emancipación en el contexto de la modernidad líquida de Zygmunt Bauman. Se contextualiza mediante el análisis de las aceleradas transformaciones socioculturales que marcaron la vida del sujeto moderno, identificando las formas en que la relación entre instantaneidad y liquidez descrita por Bauman configuró un nuevo patrón de vida en la sociedad líquida-moderna y, ante esta nueva racionalidad, cuál sería el papel de la emancipación del sujeto. Para responder a la pregunta, abordaremos los conceptos de «sólido» y «líquido», con el objetivo de demostrar cómo se produjo el paso de un modelo basado en estructuras estables a otro caracterizado por la fluidez y la inexistencia de esferas duraderas; investigaremos el paradigma de la instantaneidad y su impacto en la vida y la subjetividad del individuo; y, por último, exploraremos el papel y la posibilidad de la emancipación en este escenario líquido-moderno. Metodológicamente, la investigación adopta una revisión bibliográfica y cualitativa, centrada en la obra *Modernidad líquida* (2001), de Zygmunt Bauman. Se considera, por lo tanto, que la emancipación en la modernidad líquida no es una solución definitiva, sino un proceso de toma de conciencia, que comprende su espacio y se convierte en protagonista de su propia vida.

Palabras clave: Modernidad líquida; Liquidez; Emancipación.

## **ABSTRACT**

This study examines the concept of emancipation within the framework of Zygmunt Bauman's 'Liquid Modernity'. It is contextualised through an analysis of the rapid socio-cultural transformations that have shaped the life of the modern individual, identifying the ways in which the relationship between immediacy and fluidity described by Bauman has shaped a new way of life in liquid-modern society and, in the face of this new rationality, what the role of the individual's emancipation might be. To answer this question, we will examine the concepts of 'solid' and 'liquid', aiming to demonstrate how the transition occurred from a model grounded in stable structures to another characterised by fluidity and the absence of enduring spheres; we will investigate the paradigm of instantaneity and its impact on the life and subjectivity of the individual; and, finally, we will explore the role and possibility of emancipation within this liquid-modern scenario. Methodologically, the research adopts a qualitative literature review, centred on Zygmunt Bauman's work *Liquid Modernity* (2001). It is therefore considered that emancipation in liquid modernity is not a final solution, but rather a process of becoming aware, understanding one's place and taking control of one's own life.

**Keywords:** Liquid Modernity; Liquidity; Emancipation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 A TRANSIÇÃO DA MODERNIDADE SÓLIDA PARA A MODERNIDADE LÍQUIDA .....</b>	<b>17</b>
1.1 A SOLIDEZ .....	19
1.2 A LIQUIDEZ .....	22
1.3 GLOBALIZAÇÃO .....	27
1.4 AMBIVALÊNCIA ESTRUTURAL .....	32
<b>2 INSTANTANEIDADE .....</b>	<b>42</b>
2.1 A AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO E OS IMPACTOS .....	45
2.2 <i>ONLINE</i> EXISTO .....	48
<b>3 EMANCIPAÇÃO NA MODERNIDADE LÍQUIDA: CRÍTICA E POSSIBILIDADES .....</b>	<b>52</b>
3.1 EMANCIPAÇÃO NA MODERNIDADE SÓLIDA .....	53
3.2 EMANCIPAÇÃO NA MODERNIDADE LÍQUIDA .....	58
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>69</b>

## INTRODUÇÃO

O progresso, desde o início da humanidade, fora impulsionado pela busca por sobrevivência, aprimoramento e bem-estar. Algumas eras testemunharam avanços contínuos e graduais, enquanto outras vivenciaram transformações mais complexas, que demandaram um pouco mais de tempo para se consolidarem. Teóricos e estudiosos de diversas áreas dedicam-se a compreender essa complexa trajetória evolutiva e de que maneira isso foi desencadeando metamorfoses, tanto nos espaços como também na forma de vida dos sujeitos. Ao longo do tempo, as mudanças foram, em grande parte, associadas à ideia de progresso e melhorias. Logo, trariam benefícios significativos à humanidade.

Visto que, nas últimas décadas, têm-se observado a constante aceleração no desenvolvimento da sociedade e em como essa mesma lógica dissemina-se, determinando também o modo de vida dos sujeitos, a atual pesquisa tem como intuito: compreender as transformações socioculturais, em específico o período da “modernidade”, a partir da perspectiva de Zygmunt Bauman, com ênfase no conceito de “modernidade líquida”.

Para isso, examinaremos e buscaremos responder: de que modo foi possível a transformação da sociedade “sólida”, como afirma Bauman (2001), em algo “líquido”? Ainda, exploraremos dentro da visão crítica Baumaniana: qual o papel da “emancipação” na vida do sujeito imerso e condicionado pela sociedade? Ao final, procuraremos sistematizar e esclarecer: qual o impacto dessas mudanças na vida do sujeito? Com isso, pretendemos ainda examinar, se, de fato, existiria uma possibilidade emancipatória, dentro das condições analisadas.

Após essa investigação, analisaremos, também a partir da sistematização de estudos sobre Bauman, qual a relação entre o imediatismo ou “instantaneidade” e a liquidez, apontados pelo autor; e suas implicações para a experiência subjetiva. Em seguida, examinaremos, com base em estudos direcionados, de que modo os mecanismos modernos de subjetivação foram expostos e criticados, com ênfase no papel do sujeito, no processo de emancipação dentro do cenário descrito por

Bauman. Interessa-nos, especialmente, investigar se esse caminho emancipatório se apresenta como um projeto solitário ou comunitário (coletivo), e se ancora-se em fundamentos sólidos ou apoia-se em referenciais transitórios e experienciáveis.

Aproximando-se da Teoria Crítica, Bauman apresenta o que, para Marcuse (apud BAUMAN, 2001, p. 23), seria a questão principal: a ausência de um entrelaçamento, um substrato das massas para que estas pudessem ser liberas, já que a grande parte não desejava alterar ou libertar-se da sociedade. Ou seja, faltava união, unificação. Em outras palavras, o sujeito estaria “livre” para optar por aquilo que considera ser o melhor para si, entretanto, as possibilidades pelas quais este poderia escolher, já estariam delimitadas pelo mercado e pelo meio em que está inserido. À vista disso, pode-se dizer que esse modelo não seria propriamente possibilitador de uma liberdade “genuína”, mas sim, uma “liberdade unidimensional”, já que apresenta possibilidades controladas e limitadas.

O receio dos teóricos, com apontou Bauman (2001, p. 25), não era a ausência ou a limitação da liberdade, mas sim, o fato de que as pessoas acabavam, por muitas vezes, se submetendo ao modelo de vida existente, por o receio de enfrentar o desconforto gerado pela saída da “zona de conforto”, em busca da liberdade. A “ameaça mais sombria atormentava o coração dos filósofos, que as pessoas pudessem simplesmente não querer ser livres e rejeitassem a perspectiva da libertação, pelas dificuldades que o exercício da liberdade pode acarretar.” (Idem, 2001, p. 25), já que aquilo que está sendo ofertado, é para gerar propositalmente a ideia de trazer uma garantia de satisfação.

Através da indústria cultural, a estrutura econômica neoliberal propaga a promessa de que o consumo concede ingresso a um grupo social percebido como “superior”. Quando o sujeito percebe a vacuidade por trás dessa promessa, essa mesma consciência gera repulsa que paralisa a busca pela libertação dos padrões estabelecidos. A crítica baumaniana apoia sua compreensão nos autores David Conway e Henry Sidgwick (apud BAUMAN, 2001, p. 26-27), para defender que a felicidade depende da percepção individual de ser capaz de atender às próprias necessidades. O Estado, portanto, nessa perspectiva, teria precisamente o papel de assegurar as condições objetivas para que a crença subjetiva de autossuficiência possa ser alimentada.

Charles Murray (apud BAUMAN, 2001, p. 27) utiliza a expressão: “Responsabilidade substancial sobre seus ombros”, para destacar que o sucesso, quando depende do sujeito (para com ele próprio), resulta em proporções maiores intrinsecamente. O indivíduo se sentirá útil, ou verá sentido naquilo que está fazendo, pois o faz, tendo em mente um objetivo a alcançar. A análise de Bauman avança, assim, para uma compreensão mais complexa. Ele argumenta que a obrigação de o indivíduo prover tudo para si mesmo gera uma série de obstáculos, inclusive de natureza psicológica, conforme ilustra na citação abaixo:

“Ser abandonado por seus próprios recursos” anuncia tormentos mentais e a agonia da indecisão, enquanto a “responsabilidade sobre os próprios ombros”, prenuncia um medo paralisante do risco e do fracasso, sem direito à apelação ou desistência. Esse não pode ser o significado real da “liberdade”; e se a liberdade “realmente existente”, a liberdade oferecida, significar tudo isso, ela não pode ser, nem a garantia da felicidade, nem um objetivo digno de luta. (Bauman, 2001, p. 27).

Bauman (2001, p. 27), baseando-se em Durkheim, apresenta um paradoxo: o indivíduo precisa da coerção social para se tornar verdadeiramente livre e alcançar seus objetivos. Essa ideia, que soa contraditória em um primeiro momento, é reforçada pela perspectiva hobbesiana. Bauman argumenta que, embora o indivíduo esteja sujeito a determinações externas, ao tomar consciência da função dessas forças coercitivas, ele compreende sua validade para a satisfação de suas necessidades. É nessa compreensão que se encontra a emancipação (Idem, 2001, p. 27). Portanto, a realização plena do indivíduo não pode ser uma responsabilidade exclusivamente deste, pois ele necessita de um suporte social estruturante, e não de um desamparo absoluto mascarado de pura autonomia.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa sustentar-se-á em uma análise bibliográfica centrada na obra de Zygmunt Bauman. O estudo terá como eixo principal *Modernidade Líquida*, obra fundamental para a discussão do tema e do problema de pesquisa aqui proposto. A análise procederá por meio da leitura sistemática e da comparação conceitual desta obra, articulando-os com outros escritos do autor visando à sistematização de seu pensamento e à formulação de hipóteses pertinentes ao problema identificado.

O primeiro capítulo dedicar-se-á à caracterização do período denominado modernidade sólida. Nele, conforme Bauman (2001), os sujeitos experimentavam uma existência marcada pela estabilidade, ancorada por estruturas sociais rígidas e pelos pilares institucionais então vigentes. Posteriormente, o capítulo avança na análise do desmantelamento desse modelo, investigando a gênese de uma racionalidade líquida e a conseqüente emergência do conceito de modernidade líquida.

Em seguida, no segundo capítulo: abordaremos as conseqüências desta desestabilização, que remodela toda a estrutura sócio-econômica-cultural, direcionando-a ao imediatismo/instantaneidade. Para ampliar a discussão, detalharemos como esse paradigma da modernidade líquida, que é destacado por Bauman (2001), apresenta aos sujeitos maneiras de “compensar”, através de mecanismos de distração manipuladores, o fato de estar imerso em uma sociedade distópica alienante.

Por fim, dedicar-se-á o terceiro capítulo, ao conceito de emancipação. Este conceito, para Bauman (2001) se daria como uma ferramenta, um mecanismo que abriria precedente para uma possível consciência de si e “libertação” do espaço sócio-econômico-cultural no qual o sujeito está inserido. É importante destacar que, Bauman (2001) propõe uma análise crítica, na qual apresenta hipóteses de emancipação do sujeito frente às estruturas e mecanismos coercitivos da sociedade contemporânea e que, destaca os obstáculos frente à esse cenário, muitas vezes são auto impostos.

Este trabalho traça um percurso que inicia na busca pela compreensão da metamorfose social, evidenciando como “derreteram os sólidos” (capítulo 1); passa à revelar quais foram/são os efeitos dessa metamorfose no âmbito da subjetividade, que passou a viver entre incertezas constantes (2º capítulo); e resulta na construção de hipóteses para investigar se alcançar a emancipação é algo possível na modernidade líquida (3º capítulo).

## 1. A TRANSIÇÃO DA MODERNIDADE SÓLIDA PARA A MODERNIDADE LÍQUIDA

Bauman (2001) destaca a consolidação, na aurora da Modernidade, de mecanismos regulatórios capazes de engendrar uma racionalidade hegemônica pervasiva. Nesse contexto, a metáfora benthamiana do *panóptico*<sup>1</sup> (BAUMAN, 2001, p. 36), é mobilizada com o objetivo de argumentar como a lógica da vigilância e da previsibilidade moldaram as relações hierárquicas. Tal mecanismo atuava na dupla frente da reprodução normativa e da institucionalização de um controle permanente, eficiente e sutil.

A modernidade, indissociável do capitalismo, obteve sua estrutura social reconfigurada pelo modelo econômico predominante. O período inicial da modernidade - particularmente em meados do século XX -, imprimia a lógica do modelo fordista<sup>2</sup>, orientando a vida social à lógica industrial, que era voltada para o acúmulo de bens e a padronização de comportamentos, facilitando assim, um controle institucional eficiente e massificado. É essa configuração que Bauman (2001) define como Modernidade Sólida, cuja característica primordial era justamente a busca pela estabilidade e a invariabilidade.

A noção de “solidez” descreve um período em que os objetos, as instituições e as relações sociais eram configuradas através de uma estrutura definida, isto é, uma estrutura fixa, permanente, estável, invariável. Essa estrutura sólida, como afirma Bauman (2001), é atribuída à máxima fordista: produção em larga escala,

---

<sup>1</sup> Bentham (2008) descreve o panóptico como um “dispositivo” construído com o intuito de vigiar e controlar tudo e todos que estivessem, por algum motivo, fazendo parte daquele espaço, com as palavras de Bentham (2008, p. 92): “O axioma que suporta o dispositivo panóptico [...] é que as circunstâncias fazem o homem. Já que aqui se trata de transformá-lo, é preciso dominar, banir o acaso. O Panóptico será o espaço do controle totalitário.” Bauman (2001) comenta que “no Panóptico, os internos estavam presos ao lugar e impedidos de qualquer movimento, confinados entre muros grossos, densos e bem-guardados, e fixados a suas camas, celas ou bancadas. Eles não podiam se mover porque estavam sob vigilância.” (BAUMAN, 2001, p. 16). Essa passagem é utilizada pelo teórico, como metáfora à condição moderna inicial, onde as instituições (Estado, família e outras) eram muito bem delimitadas e deviam ser reproduzidas de tal modo.

<sup>2</sup> O Fordismo foi um modelo de produção em massa criado por Henry Ford no início do século XX, baseado em linhas de montagem para fabricar mercadorias padronizadas e em larga escala, reduzindo significativamente os custos de produção. Bauman (2001) aponta o fordismo não apenas como uma técnica industrial, mas como um sistema socioeconômico que moldou a sociedade da época.

maximização do capital e acumulação incessante de bens. Nesse contexto, o modelo fordista oferecia aos indivíduos uma estabilidade profissional, fomentando a permanência e estendendo-a como um valor social central.

As linhas de produção eram padronizadas e divididas em diversos setores. Ainda, possibilitava-se ao sujeito idealizar um avanço linear dentro da empresa/indústria, de acordo com seu desempenho ao longo do tempo. Conforme analisou Harvey (1993), este período (fordismo) alcançou seu ápice quando reconheceu que: se houvesse produção em massa, haveria também o consumo em massa e, conseqüentemente resultaria em novas formas de organização do trabalho e da sociedade. O baixo custo de produção viabilizava valores acessíveis para a comercialização dos produtos no mercado, e a produção em grande escala garantia a permanência e dedicação exclusiva dos sujeitos nas empresas. Essa relação de dependência mútua e estável entre capital e trabalho é descrita por Bauman (2001, p. 166) como característica da modernidade sólida:

A modernidade sólida era, de fato, também o tempo do capitalismo pesado - do engajamento entre capital e trabalho fortificado pela mutualidade de sua dependência. Os trabalhadores dependiam do emprego para sua sobrevivência; o capital dependia de empregá-los para sua reprodução e crescimento. Seu lugar de encontro tinha endereço fixo; nenhum dos dois poderia mudar-se com facilidade para outra parte - os muros da grande fábrica abrigavam e mantinham os parceiros numa prisão compartilhada. Capital e trabalhadores estavam unidos, pode-se dizer, na riqueza e na pobreza, na saúde e na doença, até que a morte os separasse. (BAUMAN, 2001, p. 166).

Bauman (2001) descreve como sendo este o período mais estável que a sociedade pôde experimentar dentro da modernidade, uma época em que a vida podia ser organizada por meio de projetos de longo prazo e trajetórias previsíveis. Nesse contexto, o trabalho fixo e assalariado operava como um princípio da estrutura existencial, convertendo a segurança econômica em possibilidade de planejamento e concretude. Essa solidez institucional e existencial, manifestada pela lógica vigente, constituía e arquitetava a modernidade sólida - caracterizada pela permanência, previsibilidade e devoção às instituições como eixo estruturante da existência como um todo.

## 1.1 A SOLIDEZ

A solidez estava associada à racionalidade que regia a forma de conduzir o presente visando uma concretude futura, isto é, uma vida na qual pudesse haver planejamentos realizáveis, sem muitos contratempos, um modo de vida pelo qual o sujeito teria a segurança de poder ter alguma forma de estabilidade, proporcionada pela invariabilidade experimentada por este, nas mais diversas áreas de sua vida (SILVA; MENDES; ALVES, 2015).

Se, por um lado, a solidez das estruturas sociais conferia previsibilidade e segurança ontológica, por outro, engendrou uma rigidez sistêmica que dificultava transformações e adaptações. Na esfera da vida pessoal, essa configuração manifestava-se como um determinismo institucional, onde padrões normativos preestabelecidos regulamentavam desde as escolhas de consumo até a configuração da família nuclear. Dessa forma, a estabilidade da modernidade sólida operava concomitantemente como uma grade de conduta, limitando a autonomia individual em favor da manutenção de uma ordem social mecânica e imutável.

A modernidade "pesada", como é designada e igualmente empregada pelo autor (BAUMAN, 2001), foi progressivamente superada por uma transformação estrutural de caráter sistêmico, que não apenas alterou as bases materiais da sociedade, mas reconfigurou radicalmente as formas de vida, as relações sociais e a própria experiência do tempo e do espaço. O indivíduo inserido no contexto da indústria fordista percebeu que alcançaria um limiar em que seu desenvolvimento profissional e social paralisariam, tendo em vista que as possibilidades de progresso comuns àquela estrutura rígida e hierarquizada, cessariam. É nesse cenário de descontentamento, causado pelas contradições existentes no sistema organizacional, que as manifestações tomam espaço, buscando contestar o modelo sociopolítico instituído na modernidade sólida.

Paralelamente, os avanços tecnológicos e a aceleração dos processos de globalização reconfiguraram todas as esferas da vida social, inaugurando uma nova ordem produtiva e cultural - denominada pós-fordismo<sup>3</sup> ordem produtiva e cultural -

---

<sup>3</sup> Modelo produtivo que emerge da crise estrutural do capitalismo, substituindo a rigidez fordista por uma lógica de acumulação flexível. Caracteriza-se pela especialização flexível, terceirização, automação e produção *just-in-time*, tornando-se a base material para a reestruturação capitalista globalizante e para a fluidez característica da modernidade líquida, descrita por Bauman (2001, 1999).

marcada pela dissolução das estruturas fixas e fronteiras sociais que antes eram bem demarcadas:

O sistema produtivo fordista começa a apresentar sinais de esgotamento a partir dos anos 1970. Na visão de Antunes (1995), tratou-se de uma crise estrutural que se caracterizou pela queda na taxa de lucros, pelo desemprego estrutural causado por uma retração do consumo e pela crise do Estado do bem-estar social. Tal crise ocorreu como desdobramento da crise fiscal do Estado capitalista, que engendra o ideário de Estado mínimo neoliberal. Assim, a década de 1980 presenciou profundas transformações na estrutura produtiva com a inserção de novas tecnologias, como a automação, a robótica e a microeletrônica. Trata-se de uma época de grande experimentação no mundo do trabalho, no qual o fordismo e o taylorismo já não são únicos e misturam-se com outros processos produtivos chamados pós-fordistas. (PAULA; PAES, 2021, p. 6).

A análise de Bauman (2001) é assertiva em apontar o processo que levou a transição da modernidade “sólida” para a “líquida” foi marcado por contradições estruturais e conflitos sociais, compreendendo que a crise do modelo fordista não apenas afetou os modos de produção, mas levou à uma desestabilização de todo um modo de funcionamento sociocultural que era, outrora, baseado em estabilidade e permanência. Nesse contexto, os avanços no âmbito tecnológico aceleraram o crescimento das empresas, emergindo como fator catalisador de um novo formato de organização social - pós-fordismo - que visava a desestruturação da racionalidade rígida que até então delimitava as relações sociais, econômicas e culturais, dando abertura ao rompimento de barreiras, sejam elas institucionais, organizacionais e/ou espaciais.

A transição da modernidade sólida, para o paradigma da liquidez, conforme Bauman (2001), deu-se pelos movimentos sociais que, ao longo do tempo, com a pressão exercida, se opunham à determinação da vida pessoal do indivíduo pela esfera do capitalismo. Essa contestação não era abstrata, mas uma resposta direta às estruturas de exclusão, conforme demonstra Harvey (1993), para quem:

As desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos - movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado. (HARVEY, 1993, p. 132).

A mudança, a possibilidade de ser e fazer diferente foram tomando espaço dentro das instituições. A flexibilização dos setores se expandiu para as mais

diversas áreas da vida dos sujeitos, possibilitando agora fazer escolhas e, descobrindo que a ideia de permanência já não estava mais enraizada como antes. Logo, a solidez sofre um esfacelamento e dá espaço à fluidez e ao movimento. É o que Bauman (2001) descreve como o “derretimento dos sólidos”, um processo de liquefação que dissolve as formas rígidas da modernidade e instaura uma realidade social análoga ao estado líquido. Esse fenômeno, no entanto, vai além de uma mera transformação de estado; como observam Santos e Silva (2012), a teoria baumaniana:

[...] não apenas faz considerações sobre os problemas da fase atual da Modernidade, mas também aponta os obstáculos específicos que devem ser superados para que a liberdade, de fato, venha a fazer parte do modo de vida moderno. O interessante da citada “consequência individual” é que ela ecoa em vários aspectos da vida em sociedade. Como traço de continuidade da Modernidade, a tarefa de derretimento se ligou a mudanças processuais no interior da vida cotidiana, em especial, em relação às normas de conduta e aos padrões de interdependência. (SANTOS; SILVA, 2012, p. 51-52).

Diante do esfacelamento da solidez moderna, diversas interpretações buscam conceituar o novo período histórico que se inaugura. Bauman (2001), contudo, oferece uma chave analítica particularmente pertinente: a de que a modernidade não foi superada, mas sim transformada, transmutando-se de um estado “sólido” para outro, “líquido”. Essa transição, impulsionada mediante um anseio social por mudança, reconfigura radicalmente o papel das instituições. Estas, por sua vez, são compelidas a adotar uma progressiva flexibilização de suas determinações, na tentativa de se adaptar à subjetividade dos indivíduos, invertendo a lógica anterior, em que os sujeitos é que se moldavam às estruturas rígidas.

Dessa forma, o “derretimento dos sólidos” não representa um fim, mas a abertura de um novo campo de desafios. A própria fluidez, ao dissolver os referenciais estáveis, impõe novos e complexos obstáculos à realização de uma liberdade substantiva. A modernidade líquida, portanto, mantém viva a tarefa moderna de buscar a emancipação, porém a transmuta em um contexto de incerteza, onde os próprios alicerces da conduta e da interdependência social estão em constante estado de fluxo, demandando uma contínua e árdua negociação individual e coletiva. Essa condição perpétua de fluidez não é um abandono do projeto moderno, mas a sua expressão mais radical. Ela é o resultado da própria

dinâmica intrínseca à modernidade, que Bauman (2001, p. 36) define como um impulso irreprimível e eternamente inacabado:

A sociedade que entra no século XXI não é menos “moderna” que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente. O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta modernização; a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa (ou de criatividade destrutiva, se for o caso: de “limpar o lugar” em nome de um “novo e aperfeiçoado” projeto; de “desmantelar”, “cortar”, “defasar”, “reunir” ou “reduzir”, tudo isso em nome da maior capacidade de fazer o mesmo no futuro - em nome da produtividade ou da competitividade). (Idem, 2001, p. 36).

A sociedade outrora orientada pela lógica da produção, centraliza agora seu eixo para uma lógica do consumo. A produção massificada e variada, longe de desaparecer, alimenta um ciclo de consumismo, que desperta no indivíduo a necessidade de consumir incessantemente, convencendo o indivíduo de que seu valor e existência social estão atrelados ao ato de consumir. Essa transição representou não apenas uma mudança econômica, mas uma reconfiguração dos espaços sociais, de pertencimento e das próprias subjetividades na modernidade líquida.

## 1.2 A LIQUIDEZ

Bauman aponta para uma mudança significativa nos modos de vida dos indivíduos. Onde antes pensava-se de forma coletiva, de acordo com as instituições que este fazia parte, agora, se passa a buscar incessantemente um modo que atinja os objetivos singulares. Logo no início da obra “Modernidade Líquida”, Bauman (2001) cita Marx e Engels, compreendendo que estes referiam à modernidade como algo que “aniquilava” com as instituições tradicionais, que até então estabeleciam padrões em suas estruturas constituintes. Essa aniquilação dos referenciais tradicionais - sólidos - teve a intenção de abrir espaço para novos paradigmas que não mais submeteriam-se a parâmetros pré-estabelecidos. Nesse contexto de dissolução é que Bauman (2001) elabora uma nova compreensão da realidade social contemporânea, avançando a partir da diagnose da modernidade esboçada

primeiramente por Marx e Engels. Como observam Almeida, Gomes e Bracht (2009, p. 31),

[...] é de Marx e Engels a famosa sentença segundo a qual, na modernidade, “tudo o que é sólido se desmancha no ar”. Desde seu início, a sociedade moderna se caracterizou por um trabalho de “destruição criativa”, ou “criatividade destrutiva” no sentido de limpar o lugar em nome do novo e do “melhor”. (ALMEIDA; GOMES; BRACHT, 2009, p. 31).

Bauman traz essa percepção do caráter destrutivo-criativo da modernidade líquida e analisa que a dinâmica de mutação atinge um novo patamar, contrastando radicalmente com todas as esferas da vida humana, alterando de forma profunda as perspectivas e experiências individuais.

É dessa transformação que emergem as metáforas fundamentais de solidez e liquidez. Na esfera do sólido, localizam-se as estruturas e instituições que, outrora, detinham papéis fixos e poder de agenda – os “agentes” hegemônicos da produção e da ordem social. Em oposição, a condição líquida refere-se à experiência dos indivíduos na posição de consumidores, cuja participação na sociedade se dá de forma imediata, passageira e profundamente instável.

O método de Bauman para analisar essa transformação é, ele próprio, uma chave para entendê-la. Seu diagnóstico é construído sobre a metáfora dos estados da matéria. Os sólidos (relações, instituições, projetos) são mapeáveis, fixos e duradouros; sua estrutura confere estabilidade, mas também imobilidade. Os líquidos são fluidos, mudam constantemente de forma, precisam ser registrados instantaneamente porque se transformam sem cessar. A metáfora, no entanto, pode trazer algumas confusões diagnósticas; algumas interpretações atribuem “pesado” àquilo que seja sólido e, “leve” para o que for líquido. Entretanto, nem tudo que é pesado é sólido - pensemos no exemplo do elemento químico Lítio (Li), que é leve se comparado aos demais elementos químicos (SANTOS; RIBEIRO; SOARES 2021) -; e nem tudo o que for líquido será leve - (exemplo do elemento químico Mercúrio (Hg) (SANTOS; RIBEIRO; SOARES 2021).

Bauman define a sociedade moderna líquida como um emaranhado de relações funcionais e transitórias, sustentadas por contratos estabelecidos apenas enquanto estejam cumprindo objetivos específicos. São vínculos descartáveis, que refletem a liquidez das instituições e a primazia de interesses individuais voláteis. Contudo, a própria liquidez moderna não é mero acidente, mas o resultado

paradoxal do projeto sólido que, em seu impulso obsessivo por modernização e flexibilização, dissolveu os próprios alicerces que o sustentavam. Nesse cenário de derretimento das esferas estáveis, instaura-se o que Di Cesare (2019, p. 5) sintetiza como a essência da "sociedade líquida": marcada pela "falta de vínculos, precarização, multiplicação dos medos". (DI CESARE, 2019, p. 5).

Neste sentido, a duração das coisas é comprometida, já não se pode falar em permanência, mas sim, numa constante transformação, a qual cria uma ambivalência estrutural, já que, segundo Bauman (2001), a modernidade não acabou, ela apenas tomou outras proporções.

A radicalização das consequências da modernidade, obtida pelo total desprendimento dos tipos tradicionais de ordem social, produziu uma mobilidade sem precedentes. (...) Por esse motivo, Bauman considera a 'fluidez' ou a 'liquidez' como metáforas adequadas para caracterizar a natureza da presente fase, pois os fluidos se movem facilmente, diferentemente dos sólidos, que dificilmente mudam de forma sob pressão. (SARTORI, 2007, p. 26).

Pensemos aqui como o exemplo da água. A água não deixa de ser água ao passar da forma sólida para a líquida, ela apenas muda seu estado, isto é, a forma que se apresenta. Ela adapta-se aos ambientes em que está, passando de um estado para outro sem perder as características. Logo, o que ocorre é então, uma mudança na forma como esta se apresenta, muito embora ainda possamos identificá-la pelas características que a compõe, já que estas permanecem.

Esta ontologia do fluxo, onde a mudança é a única permanência, ressoa profundamente a intuição filosófica do *Devir* de Heráclito, para quem "tudo flui" e a mudança é a única constante (SANTIAGO SOBRINHO, 2008). Bauman (2001) atualiza essa ontologia do fluxo para o mundo social: na modernidade líquida, as estruturas sociais, as identidades e os laços perderam sua solidez estática para existirem em um estado de *Devir* perpétuo — um fluxo ininterrupto onde a estabilidade é uma ilusão e a adaptação constante é a nova lei ontológica.

Modernidade Líquida foi conceituada por Bauman nos anos 1990, para descrever uma fase específica da era moderna. Nela, a fluidez inerente caracteriza as relações sociais, que, análogas a um líquido, escoam e se remodelam com rapidez, adaptando-se ao ambiente sem que sua natureza essencial se altere (BAUMAN, 2001). Corroborando essa análise, Paula e Paes (2021) destacam que

tais transformações foram seguidas: “não somente da chamada especialização flexível na esfera da produção, mas também do fim do Estado de bem-estar social e da busca frenética por flexibilização das relações de trabalho mediante práticas de austeridade econômica neoliberais”. Esse contexto de precarização sistêmica, conforme apontado pelos autores, culmina em um processo de objetificação que se torna evidente em todas as esferas, à medida que a automatização assume espaços outrora ocupados pela subjetividade humana (LIPIETZ, 1991).

O derretimento dos sólidos, ilustrado por Bauman (2001), reside de forma significativa, neste fato da mudança das estruturas sociais que antes eram percebidas de maneira mais fixa e ao mesmo tempo coletiva. O “derretimento” é projetado na esfera individual, liquidificando os laços, tornando assim, as experiências cada vez mais momentâneas, como se:

Para que as possibilidades continuem infinitas, nenhuma deve ser capaz de petrificar-se em realidade para sempre. Melhor que permaneçam líquidas e fluidas e tenham “data de validade”, caso contrário poderiam excluir as oportunidades remanescentes e abortar o embrião da próxima aventura. (BAUMAN, 2001, p. 74).

De acordo com Bauman (2001), as mudanças que caracterizam a modernidade líquida decorreram de uma série de fatores, entre os quais se destaca a terceira fase da Revolução Industrial, responsável por progressos decisivos na estruturação industrial, que, por sua vez, teriam sido consequência dos avanços científicos. O contexto de transformação é detalhado por Paula e Paes (2021), que associam o surgimento do paradigma pós-fordista à esse momento histórico:

O modelo de produção pós-fordista, mais especificamente, o toyotismo, surgiu ao final da década de 1970, com a eclosão da chamada Terceira Revolução Industrial, implementada com a chegada ao poder de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Ambos preparam o terreno para o estabelecimento do Estado mínimo, circundado por processos de privatização, terceirizações e ajustes fiscais. Este novo paradigma de produção apoiou-se sobre os ombros do fordismo em crise, para dar vazão a uma revolução tecnológica no âmbito dos processos produtivos. (PAULA; PAES, 2021, p. 6).

A consolidação da acumulação flexível catalisou uma reestruturação geográfica da produção industrial. Ao superar as barreiras comerciais, outrora oriundas da distância espacial, viabilizou-se a expansão por meio de avanços logísticos e tecnológicos, inaugurando uma nova fase de globalização econômica.

Essa compressão do espaço-tempo permitiu a integração de cadeias produtivas em escala global, gerando um crescimento exponencial não apenas na produção de mercadorias, mas também no consumo, consolidando os alicerces materiais da modernidade líquida, redefinidos pela dinâmica econômica mundial neoliberal.

O avanço científico decorrente desta fase proporcionou um salto evolutivo, não apenas no setor industrial, mas, principalmente no campo da ciência. O aperfeiçoamento dos meios de produção delinearam a intensificação no avanço industrial e, em consonância, foi possível perceber as crescentes descobertas dentro do campo científico: comunicação à distância, transporte, infraestrutura, tecnologias (de um modo geral: genética, robótica etc. A reestruturação produtiva e as inovações tecnológicas convergiram com esse novo projeto político-econômico orientado pela flexibilização, constituindo, em conjunto, a base material da liquefação das estruturas sociais. Desse modo, as relações subjetivas passaram a ser orientadas por este novo modelo vigente, tendo a razão como projeto principal voltada à crença na ideia de progresso ligado à ciência.

Esse novo panorama é marcado por uma dualidade característica, descrita por Harvey (1993), já que:

A redução das barreiras espaciais e a formação do mercado mundial permitem um acesso generalizado aos produtos diversificados de diferentes climas e regiões, além de nos fazerem entrar em contato direto com todos os povos da terra. E, sobretudo, as revoluções na força produtiva, na tecnologia e na ciência abrem novos panoramas para o desenvolvimento e a auto-realização humanos. (HARVEY, 1993, p. 105-106).

Se, por um lado, esse cenário globalizado potencializa conexões e acesso, por outro, ele redefine radicalmente as bases da sociabilidade. Podemos observar que, quando surge a possibilidade de comunicação à distância proporcionada pelas inovações tecnológicas na área da comunicação, o sujeito não precisa mais manter-se fisicamente próximo dos demais para que seja possível comunicar-se. A aparente libertação do espaço físico é também a raiz de uma nova forma de vulnerabilidade. Este fenômeno paradoxal é identificado por Bauman (1999) como um processo que, ao mesmo tempo que conecta globalmente, fragmenta localmente. Trata-se de um processo seletivo que, redesenha as relações de poder, redefine as noções de pertencimento e, sobretudo, liquefaz as fronteiras entre o público e o privado, tema que será devidamente explorado a seguir.

### 1.3 GLOBALIZAÇÃO

Com a expansão nos âmbitos de transporte (locomoção), comercialização, trocas entre os sujeitos, a economia foi expandindo a partir da melhoria/aperfeiçoamento nos mecanismos de produção. Com a tecnologia, foi possível revolucionar os meios de comunicação entre os sujeitos, em diversos espaços, estando perto ou longe, independente da distância entre ambos. No mercado de trabalho, houve uma flexibilização nas vagas ofertadas. Nos setores onde surgiram vagas temporárias, passou a existir o medo e a incerteza, diante do espaço que antes era ocupado de maneira fixa e estável dentro da empresa. Isso tudo, dentro do cenário do trabalho, se deu pelo fato de existir a possibilidade de que as tarefas passaram a ser passíveis de serem realizadas de forma automatizada.

O processo de automatização, contudo, não foi sentido como algo positivo em sua totalidade. De um lado as indústrias e seus gerenciadores (movidos e estimulados pelo capitalismo), felizes pelos avanços, pela produção em grande escala, com custo diminuído e em menor tempo. De outro, o trabalhador, isto é, aquele que trabalha para a empresa e, que depende de sua função dentro de uma instituição, para que este consiga atingir um ganho financeiro relativo à função exercida, ou, que ao menos seja minimamente suficiente para manter o custo de vida.

O pós-fordismo envolve uma série de inovações técnicas que resultavam em uma dramática redução no tempo demandado para alteração dos equipamentos de moldagem, possibilitando a relação entre “homem” e “várias máquinas”, bem como a “flexibilização” da produção e o atendimento de um mercado consumidor que buscava diferenciação de produtos - por exemplo: tornou mais barato produzir pequenos lotes de peças estampadas, diferentes entre si, do que grandes lotes homogêneos. Além disso, reduziu custos de inventários (sistema *just-in-time*), possibilitou melhorias contínuas na produção e eliminou problemas de qualidade, exigindo, no entanto, operários bem treinados e motivados (BAUMAN apud PAULA; PAES, 2021, p. 7).

É nesse momento que tornam-se acentuadas pela nova configuração disposta globalmente, as desigualdades econômicas. Proventos que deveriam dar conta minimamente e custear as despesas de cada indivíduo dentro da sociedade, passam a ser colocados em xeque pela classe trabalhadora. Isso tudo é o indício de uma fase onde o sujeito dá-se conta de algumas das consequências da

automatização dos setores que este ocupa ou ocupava anteriormente. Diante disso, surgem os movimentos que clamam por intervenções para modificar este cenário, ou, ao menos reavaliar os reflexos negativos desta globalização.

A racionalidade vigente neste período, passa a ser orientada a partir da lógica do consumo, onde lembramos o que Bauman (2001, p. 149) afirma: “pertences portáteis ou descartáveis - são os principais objetos culturais da era da instantaneidade”. Portanto, assim como os objetos físicos, estende-se às relações sociais, ou seja, a concretude já não é mais algo enraizado. Seguindo essa lógica, o sujeito procuraria estabelecer-se no mundo como alguém em busca de transitoriedade, de mudança e troca constantes, espelhando a lógica economicista do consumo acelerado. Nessa conjuntura de descontinuidade que a própria noção de tempo e projeto de vida se liquefaz. Bauman (2001) descreve essa nova racionalidade em que,

[...] não faz muito sentido a ideia de uma ordem “total” a ser erigida andar por andar num esforço controlado, consistente e proposital. Quanto menor é a firmeza no presente, tanto menos o “futuro” pode ser integrado no projeto. Lapsos de tempo rotulados de “futuro” encurtam, e a duração da vida como um todo é fatiada em episódios considerados “um de cada vez”. A continuidade não é mais marca de aperfeiçoamento. A natureza outrora cumulativa e de longo prazo do progresso está cedendo lugar a demandas dirigidas a cada episódio em separado: o mérito de cada episódio deve ser revelado e consumido inteiramente antes mesmo que ele termine e que o próximo comece. Numa vida guiada pelo preceito da flexibilidade, as estratégias e planos de vida só podem ser de curto prazo. (BAUMAN, 2001, p. 158).

Se a liquefação do tempo e das relações é o sintoma, a globalização é o seu vetor de aceleração. Bauman (2001) identifica-a não como um mero fenômeno de trocas positivas, mas como a força motriz das transformações sociais iniciadas no século XIX e intensificadas na contemporaneidade. Embora se manifeste em avanços tangíveis – como a descoberta de novos métodos para prevenção e cura de enfermidades, difusão global de medicamentos e a instantaneidade da comunicação –, seu impacto mais profundo e paradoxal reside na aceleração e desenraizamento que impõe às vidas individuais. A mesma tecnologia que encurta distâncias e amplia o comércio é a que fragmenta o tempo em episódios e corrói os alicerces para projetos de longo prazo, aprofundando assim a condição líquido-moderna.

Vista através da perspectiva hegemônica, a globalização alterou profundamente os mecanismos de controle social e subjetivo. Expandiu-se por toda

parte, e não podemos apagar seus efeitos, nem mesmo controlá-la, afirma Bauman (1999, p. 7,8). A noção Baumaniana de modernidade líquida articula-se com essa racionalidade globalizante, encontrando ressonância em conceitos de outras tradições teóricas que analisam formas sofisticadas de governamentalidade, objetificação e alienação<sup>4</sup>.

O movimento globalizante não significou apenas a expansão dos mercados, mas também, a emergência de "assemblages territoriais, jurídicos e econômicos que redefinam as relações entre poder, espaço e subjetividade" (SASSEN, 2006, p. 1). É portanto, nesse contexto, que a biopolítica transpassa os limites do Estado, a reificação adota formatos digitais e a liquidez se amplia como condição estrutural do capitalismo globalizado. Nesse novo regime biopolítico, o poder não fica restrito às instituições, mas acaba por internalizar-se, tornando subjetiva a autoexploração<sup>5</sup>.

A globalização transformou radicalmente o exercício do biopoder. O Estado abre espaço para que as esferas públicas sejam reguladas por terceiros. Essa despolitização abre precedente para que as elites tenham acesso privilegiado, mobilidade e suporte quando precisarem, enquanto que os desfavorecidos seguem à própria sorte, limitados e comandados por aqueles que dominam a pirâmide.

As grandes corporações tecnológicas - os novos "senhores do algoritmo" - assumiram funções biopolíticas antes reservadas aos Estados. Nas palavras precisas de Zuboff:

O capitalismo de vigilância unilateralmente reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para tradução em dados comportamentais. Embora alguns desses dados sejam aplicados à melhoria de serviços, o restante é declarado como excedente comportamental e entra em um novo processo de produção comercial. (ZUBOFF, 2019, p. 8).

De forma paradoxal, a biopolítica globalizada produz novas formas de exclusão. Como salienta Bauman (2001), a globalização distinguiu os sujeitos entre

---

<sup>4</sup> Vale notar a convergência com dois referenciais teóricos fundamentais: o conceito foucaultiano de biopolítica, que oferece uma chave para compreender as formas de controle da vida na racionalidade global; e a teoria lukacsiana da reificação, que ilumina os processos de objetificação e alienação inerentes às relações sociais mediadas pela lógica do mercado e da técnica. Uma análise aprofundada dessas conexões seria de suma importância, contudo, foge ao escopo central deste capítulo, que se concentra na fundamentação da teoria baumaniana.

<sup>5</sup> O que resulta dessa estrutura, é a condição na qual os indivíduos, por serem coagidos e massacrados pela lógica do desempenho, projetam sobre si próprios a exploração. Esta seria, segundo Byung-Chul Han a marca da "sociedade do Cansaço". (HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015).

"turistas" (indivíduos de *facto*, ou, que transitam livremente) e "excluídos" (indivíduos de *jure*, ou, imobilizados), criando um novo regime de mobilidade seletiva onde para alguns poucos, ela parece favorável já, para outros muitos, inconsistente; ideia essa que desemboca na máxima de que o sujeito é responsável por seu próprio sucesso e/ou ruína.

Essa individuação, ao impedir um olhar de alteridade para com o outro, intensifica a competitividade inerente à lógica economicista. Hobsbawm (2007) teórico crítico, na obra: *Globalização, democracia e terrorismo*, aponta que todos esses aspectos foram enfraquecendo o poder estatal, fazendo com que surgisse a substituição dos serviços, que antes eram de ordem pública, por organizações privadas. Entretanto, essa isenção de responsabilidade do estado abre precedente para que essa lógica neoliberal abrace todas as esferas, inclusive as ditas como garantias básicas.

É precisamente nesse novo campo de forças que a resistência precisa emergir. Foucault (1995, p. 256) postula que: "onde há poder, há resistência, e ainda assim, ou melhor, conseqüentemente, essa resistência nunca está em posição de exterioridade em relação ao poder". Se partirmos da compreensão de que a resistência é intrinsecamente moldada pelas formas de poder que a provocam, então as novas configurações do biopoder, da reificação e da liquidez social demandam, por consequência lógica, uma resistência igualmente reinventada. Para ser efetiva, ela precisa se adaptar e enfrentar o poder a partir de seu interior mutável.

A globalização elevou o fenômeno da reificação à um patamar histórico sem precedentes. Como alertava Lukács (2003):

O fenômeno da reificação [...] penetra em todas as manifestações da vida da sociedade capitalista, imprimindo-lhes sua marca específica, tanto na objetividade externa dessas manifestações quanto no comportamento dos homens perante elas. [...] O trabalhador se vê diante de sua própria atividade como de algo objetivo e independente dele, que o domina por leis autônomas. (LUKÁCS, 2003, p. 190).

Nesse contexto, o capitalismo não apenas modela a produção, mas a própria subjetividade, forjando uma identidade na qual o ser é completamente assimilado pelo ter. A existência é reduzida a um imperativo de produtividade ininterrupta, que se desdobra em consumo compulsório como única forma de afirmação social. Nessa

lógica perversa, a felicidade é transformada em mais uma mercadoria, configurando uma busca inalcançável por uma completude que o próprio sistema se encarrega de sabotar.

A financeirização da economia, como destaca Harvey (2005, p. 161), alterou todas as esferas da vida para "ativos financeiros negociáveis", convertendo até mesmo a subjetividade humana em *commodity* global, o que dialoga com a definição de Bauman:

Os fluidos se movem facilmente. Eles "fluem", "escorrem", "esvaem-se", "respingam", "transbordam", "vazam", "inundam", "borrifam", "pingam"; são "filtrados", "destilados"; diferentemente dos sólidos, não são facilmente contidos - contornam certos obstáculos, dissolvem outros e invadem ou inundam seu caminho. (BAUMAN, 2001, p. 8).

Essa liquidez se manifesta não somente de forma singular, mas também, nas identidades globais. Como observa Giddens (1991, p. 5), "o self torna-se um projeto reflexivo [...] A identidade não é dada, mas construída através de processos reflexivos que precisam ser continuamente sustentados e revisados perante as mudanças nas circunstâncias sociais". Ao encontro disso, Bauman lembra que a globalização neoliberal padroniza-molda o comportamento do sujeito e condiciona o que e quando este vai agir e/ou consumir, já que a ação está associada ao possuir.

A compreensão da lógica espacial em questão é enriquecida pela contribuição de Brown (2019), que fortalece as teses de Bauman (2001). Brown demonstra como o neoliberalismo produziu uma segregação espacial, transformando o acesso a parques, instituições, espaços culturais e de lazer, em um privilégio condicionado à capacidade financeira do indivíduo. A consequência direta é a fragmentação do tecido urbano, onde a distância social entre classes é materialmente reproduzida e naturalizada, impossibilitando que trabalhador assalariado compartilhe os mesmos espaços que a elite frequenta com assiduidade.

Suponho que a tendência à autorreificação individual aumenta quanto mais fortemente os sujeitos são incluídos nas instituições que coagem à autoapresentação, as quais, em última instância, possuiriam a seguinte característica: todos os arranjos institucionais que coagem de forma latente os indivíduos a meramente dissimular ou fixar conclusivamente determinados sentimentos estimulam a disposição para a formação de comportamentos autorreificadores. (HONNETH, 2018, p. 126).

Para o autor, arranjos institucionais que forcem os indivíduos a dissimular ou fixar sentimentos estimulam diretamente comportamentos autorreificadores. Diante dessas pressões institucionais e da conseqüente despersonalização, pavimenta-se o caminho para a autorreificação<sup>6</sup>. Este fenômeno torna-se possível pela convergência entre as demandas externas das instituições e a internalização, pelo indivíduo, da necessidade de autopreservação dentro da lógica de mercado do mundo capitalista contemporâneo. O resultado é a deflagração de um espaço de autoexploração, onde as instituições, com seus arranjos coercitivos, ampliam continuamente esse espectro ao pressionarem por performances individuais cada vez mais específicas e alienadas.

#### 1.4 AMBIVALÊNCIA ESTRUTURAL

Não podemos chamar o advento da globalização como um fenômeno natural. Bauman (1999), ao analisar sua vertente neoliberal, destaca os impactos na sociedade moderna, apresentando razões que a configuram como uma verdadeira "faca de dois gumes". Para o autor, o processo de aceleração tecnológica, longe de promover equilíbrio, intensificou as assimetrias sociais de forma contundente.

A ascensão do capitalismo global, expansão da comercialização, comunicação e, com isso, a compreensão de que todas as esferas da vida sujeito passariam a ser orientadas por essa nova racionalidade, forma de vida. Este projeto político-econômico, visava mais precisamente conduzir ao sucesso de objetivos econômicos do que propriamente de políticas redistributivas. Com a expansão global os fluxos de mercadorias, capitais, tecnologias, entre outros auxiliaram no processo de evidenciar as desigualdades. É assim, em meio a estes avanços notáveis, que foram se tornando visíveis também as desigualdades.

Enquanto as elites, designadas por Bauman (2001) como indivíduo de *facto*, com acesso privilegiado a tais progressos, consolidam sua soberania, ampliando seu acesso a recursos e mobilidade, os "excluídos" viram-se ainda mais deslocados, uma vez que a dinâmica social passou a ser ditada por aqueles que detêm o poder

---

<sup>6</sup> O conceito de autorreificação em Honneth (2018) descreve o processo em que a própria pessoa passa a se tratar como uma coisa ou mercadoria. Diferente da reificação, que vem de fora, a autorreificação é um mecanismo interno: o indivíduo aprende a controlar, calcular e moldar suas emoções e sua imagem para se encaixar e sobreviver no mercado, tornando-se, ao mesmo tempo, opressor e vítima de si mesmo.

de determinar "para onde cada sujeito deveria ir, o que deveria fazer e como fazer" (BAUMAN, 1999). Essa lógica reduz os cidadãos a consumidores e os trabalhadores se vêem pressionados a tornarem-se "empreendedores de si próprios".

Não é espantoso que Bauman (2001, p. 63) traduz os termos "Indivíduo de *facto*" (elites) como turistas, que ocupam espaços privilegiados, isto é, seriam as pessoas que têm mais condições; já os "Indivíduos de *jure*" (excluídos), como os sujeitos que estão à margem, ou seja, a massa, os menos favorecidos. Essa crítica social leva o autor à clarear dois pontos centrais de sua leitura: em primeiro plano, a liquidez é boa para aqueles que possuem de antemão uma condição favorável, ou seja, possibilidades para estarem e fazerem o que e quando quiserem, sem terem que se preocupar com as condições para tais; e em segundo plano, os menos favorecidos são condenados a um estado de precariedade permanente, lutando contra a exclusão, ainda que impelidos pela ilusão de equilíbrio que o mercado do consumo propaga. Portanto, essa falsa ideia, criada pelo capitalismo neoliberal, acaba respingando sobre o sujeito, vendendo a ideia de que, independente da posição social, todos teriam as mesmas possibilidades.

O que corrobora com essa análise, é a conceituação "globalização perversa", que foi definida por Santos (2003), como sendo perversa por frustrar sua própria promessa de bem-estar coletivo. Em vez de ser um projeto regulado pelos Estados para atender às necessidades da sociedade, a globalização é, na prática, sequestrada por interesses de elites. Desse modo, com a monopolização dos fluxos de capital quem detém seu domínio passa a controlar não apenas o acesso dos indivíduos a bens e serviços, mas também a definir a natureza, o momento e as condições desse acesso.

Educação, saúde, segurança entre outras áreas, passam a ser itens capitalizados. A racionalidade neoliberal transforma todas as esferas da vida passíveis de capitalização e de controle e com isso, pode-se dizer que significa mais desigualdade. Seguindo este raciocínio, se o cidadão busca condições básicas, muitas vezes se depara com a negligência deste suporte, por parte dos órgãos públicos. Portanto, em grande parte dos casos, se o sujeito deseja ter chance de seguir existindo, este deve se manter "na corrida", precisa "correr cada vez mais" (BAUMAN, 2001, p. 64).

Assim, a individualidade foi ocupando os espaços, onde antes era reservado apenas ao coletivo. O questionamento das esferas sociais, dos padrões até então

estabelecidos, foram colocados à prova. A desconstrução dos padrões foi ganhando espaço nos mais diversos territórios da vida humana, agora, passa-se a compreender as coisas por meio de outras lentes, não como apenas uma garantidora da verdade absoluta, considerando portanto, conseqüentemente, as perspectivas subjetivas acerca das coisas e do mundo. Logo, as estruturas que antes eram fixas dentro das relações humanas, puderam experimentar grandes reformulações, adaptando-se ao cenário global, que passou a adotar a flexibilidade e, assim consideravelmente, também respingou nas demais formas de interações entre os sujeitos.

Em tempos remotos, nas sociedades tradicionais, se tinha uma ideia de um “sujeito modelo”, isto é, um sujeito que estaria sendo idealizado pela sociedade e com isso, a grande maioria dos indivíduos acabavam por se adaptar a essa ideia, seguindo este padrão colocado. A partir deste cenário de expansão, modificação e questionamento de padrões, outras formas de vida foram sendo desenhadas e ganhando espaço dentro da sociedade. Logo, é nesse momento em que desabroçam, oriundas de críticas sociais, novos modos de vida subjetiva, a qual visa validar a construção singular da felicidade do sujeito, e não mais uma busca incessante por construir algo apenas em conjunto com o social, tendo em mente que a felicidade é construída de forma singular, e, justamente este ponto eleva o pensamento para a esfera individual, dando uma maior ênfase no sujeito e não mais no próprio coletivo, como antes ocorria.

[...] A condição humana no estágio da modernidade “fluida” ou do capitalismo “leve” tornou essa modalidade de vida ainda mais visível: o progresso não é mais uma medida temporária, uma questão transitória, que leva eventualmente (e logo) a um estado de perfeição [...] mas um desafio e uma necessidade perpétua e talvez sem fim, o verdadeiro significado de “permanecer vivo e bem”. [...] o progresso, como tantos outros parâmetros da [nova fase da] vida moderna, está agora “individualizado” [...]. (BAUMAN, 2001, p. 155).

Bauman considera que é nesta fase, da modernidade líquida, que o papel do coletivo é rompido e se busca a supremacia do indivíduo sobre o coletivo, sobre o social, sobre a comunidade. A ideia de grupo ou de coletivo já não corresponde mais à forma de vida buscada pelas pessoas do período em questão. A constante busca é incessante por liberdade e protagonismo. Busca por protagonismo individual, bem como única responsabilização pelos sucessos e também fracasso. Esse é o ponto

onde observamos dois extremos: a busca pela liberdade e o protagonismo individual, e também a responsabilização e culpabilização pelos próprios fracassos.

Surge assim o que Dardot e Laval (2016, p. 140) denominam “economia social de mercado”, oposta ao Estado de bem-estar, na medida que responsabiliza individualmente os cidadãos por seu status social e incentiva o empreendedorismo. Assim, o “[...] mercado é concebido [...] como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir”. (DARDOT; LAVAL, 2016 apud PAULA; PAES, 2021, p. 7).

Conforme foram surgindo as modificações, é importante destacar que todas as esferas da vida humana adquirem esta mesma racionalidade, portanto, surge a chamada instantaneidade, oriunda da liquidez, como observa Bauman (2001), já que não bastam as inúmeras possibilidades para garantir um modo de vida satisfatório, sendo que estas tragam consigo as incertezas e a insegurança.

As relações humanas passaram por modificações significativas, o “tecido social” perde também a sua solidez. Surge o tempo da “liberdade” em sentido de desapego e a autonomia do protagonismo subjetivo. Na medida em que a modernidade passou de uma esfera “sólida” para a mais “líquida”, mais adaptável ao momento em que se encontra, abandonou-se a ideia de que as esferas seriam fixas/estáveis, havendo consciência da necessidade do desapego das ideias permanentes, tornou-se possível assim, a liberdade, autonomia, sujeito mais dominante daquilo que ele busca no momento. Entretanto, existem dois extremos nisso, de um lado, o sujeito pode ter dificuldade para estabelecer-se como indivíduo constituidor de sua própria vida, estando imerso nesse novo modelo de sociedade e sentindo-se incapacitado e sem suporte para tal desígnio; de outro lado, este pode compreender-se como sendo seu próprio protagonista, tendo deste modo, a possibilidade de realizar suas vontades, de acordo com o momento em que ele vive.

A partir do primeiro extremo apontado acima, temos em mente que este novo modelo transcende para todas as esferas da vida do sujeito e, este (quando toma consciência) se vê coagido a ser produtivo o tempo todo.

[...] O modelo fordista de produção, ao introduzir a linha de montagem, reduziu o esforço humano empregado, aumentou a produtividade e diminuiu os custos, mas resultou na superespecialização do trabalhador. Era um modelo de produção baseado nos princípios tayloristas e na ideia de mecanização, com uma interação precisa entre homem e máquina,

verticalização da produção e sistema de controle burocratizado. (PAULA; PAES, 2021, p. 7).

A consciência do sujeito condicionado a esse ritmo desenfreado se dá quando o mesmo percebe estar imerso em uma rotina que não o representa, que não lhe permite completude, e sim o contrário. Logo, lhe causa a angústia de não estar realizando e tornando-se aquilo que esperava, de acordo com a lógica inserida (BAUMAN, 2001; FISHER, 2019).

O ser humano, quando percebe que possui total responsabilidade por suas escolhas e necessita em decorrência disso, aceitar as consequências, passa a buscar incessantemente formas de tirar esse peso de si. Isto é, ele anseia por si, dominar a “culpa”, pela sua decadência. Em outros termos, pela sua decadência, portanto, o sujeito necessita de mecanismos que proporcionem sua isenção do peso das escolhas feitas e decisões tomadas.

O medo, a insegurança são fruto dessa nova ordem social instável. Bauman se debruça sobre essa nova ordem para compreender os efeitos da nova era na vida do sujeito. Ordem aqui é compreendida como uma racionalidade, pois o sentido original desta "ordem" seria algo regular, sólido, constante, entretanto, transmutou-se para algo que Bauman (apud SILVA; MENDES; ALVES, 2015) passou a chamar de "Ambivalência": mais de uma possibilidade para uma mesma coisa, que também é sinônimo de incerteza, insegurança.

Na sociedade líquida moderna, o indivíduo é o único e exclusivo possibilitador e responsável pela busca do sentido da vida, isto é, nenhum outro sujeito possui essa força, apenas o próprio indivíduo que o busca (SILVA; MENDES; ALVES, 2015, p. 5). Ser humano como gerenciador de si próprio, único responsável pelo seu sucesso ou fracasso nas relações interpessoais, bem como no âmbito do trabalho. É importante citar aqui, o que Bauman coloca acerca da ideia de identidade do sujeito, que compreende “a busca incessante de deter ou tornar mais lento o fluxo, de solidificar o fluido, de dar forma ao disforme” (BAUMAN, 2001, p. 97), como sendo um mecanismo de segurança projetado mentalmente pelo sujeito em busca de uma construção de identidade neste espaço mais voltado ao individual.

A realização pessoal está associada com a capacidade de adaptar-se a diversas situações, a não fixidez garante maior autonomia e sucesso. Sendo assim, é necessário analisar mais a fundo esse cenário que se coloca frente ao sujeito. Considerando o que foi posto, o indivíduo tem a possibilidade de deter em suas

mãos aquilo que quer ser, isso, segundo Bauman acaba sendo determinado pelas aquisições que ao longo da vida o indivíduo foi acumulando. Se o sujeito é aquilo que ele possui, logo, se ele não possui muitos bens, acaba sendo (mesmo que de forma involuntária) reprimido por aqueles que possuem um grande poder aquisitivo (SILVA; MENDES; ALVES, 2015, p. 9).

A dificuldade em estabelecer-se como indivíduo autêntico é a marca desse período, já que, tendo algo conquistado ou realizado, logo em seguida surge a necessidade de algo novo, pois a volatilidade do mercado capitalista atinge todas as esferas da vida e torna-se uma constante necessidade o “ter” sobrepondo o “ser”, como afirma Bauman:

As identidades parecem fixas e sólidas apenas quando vistas de relance, de fora. A eventual solidez que podem ter quando contempladas de dentro da própria experiência biográfica parece frágil, vulnerável e constantemente dilacerada por forças que expõem sua fluidez e por contracorrentes que ameaçam fazê-la em pedaços e desmanchar qualquer forma que possa ter adquirido. [...] Em vista da volatilidade e instabilidade intrínsecas de todas ou quase todas as identidades [...], somos livres para fazer e desfazer identidades à vontade. (BAUMAN, 2001, p. 98).

Se “ser” depende do esforço constante do indivíduo, o “capitalismo leve”, como Bauman (2001) descreve, oferece-lhe um novo produto a cada pouco tempo, melhor e mais completo, que será a “solução” para a crise existencial em que o sujeito se encontra. Logo, sempre surgirá uma nova alternativa, para dar conta de cada nova fase em que o sujeito se encontra, ou queira estar, pois, não se compra um produto apenas, mas se compra a satisfação de adquirir algo. De acordo com o posto, os sujeitos:

Querem estar, pelo menos uma vez, livres do medo do erro, da negligência ou da incompetência. Querem estar, pelo menos uma vez, seguros, confiantes; e a admirável virtude dos objetos que encontram quando vão às compras é que eles trazem consigo (ou parecem por algum tempo) a promessa de segurança. (BAUMAN, 2001, p. 96).

Consumo tornou-se sinônimo de felicidade. O sujeito trabalha com o intuito de gerar a possibilidade de consumir. O consumismo apela para uma finalidade última da vida e para a vida. Para Bauman (apud SILVA; MENDES; ALVES, 2015, p. 12), os valores básicos que compõem a estrutura do sujeito, para poder concretizar a busca por um sentido na vida, acabam não sendo vendidos. A autêntica felicidade

estaria estritamente ligada às relações constituídas entre os sujeitos (SILVA; MENDES; ALVES, 2015, p. 13), que no cenário apontado, também são instáveis. Portanto, uma vez que as identidades dos sujeitos são pautadas no consumo, quanto mais o sujeito consumir, mais próximo da “completude” será.

Como afirma Bauman, “a tarefa é o consumo, e o consumo é um passatempo absoluta e exclusivamente individual, uma série de sensações que só podem ser experimentadas - vividas - subjetivamente.” (BAUMAN, 2001, grifo do autor, p. 114). Podemos analisar da seguinte maneira, partindo do pressuposto que o sujeito tem em si próprio(a) as condições possibilitadoras de ter todas as coisas à seu alcance. Isso estaria diretamente ligado com a ideia de Poder: econômico, social, cultural... Logo, ter “poder”, como o termo já sugere, é poder fazer o que deseja, sem maiores impedimentos.

Não é possível modificar as coisas sempre que o “eu” estiver insatisfeito. Quando se refere às relações externas ao sujeito, este fica dependente de situações que não resultam apenas do mesmo. Logo, não se pode utilizar da lógica economicista para tudo aquilo que deseja, gerando, conseqüentemente, a frustração, haja visto que o mundo líquido moderno faz crer que, como nas demais esferas do mercado, as relações humanas poderão ter a mesma racionalidade (BAUMAN, 2001).

Para que o indivíduo consiga atribuir um sentido para a sua vida, de acordo com Sennett (apud BAUMAN, 2001, p. 29), é preciso estar/ser inserido em uma rotina com propósitos a longo prazo, e não apenas vivenciar as coisas sem significá-las de algum modo, como uma ponte para passos futuros pois, “imaginar uma vida de impulsos momentâneos, de ações de curto prazo, destituída de rotinas sustentáveis, uma vida sem hábitos, é imaginar, de fato, uma existência sem sentido” (Sennett apud BAUMAN, 2001, p. 29). Podemos citar aqui a herança do pensamento antigo, enraizado, o qual falava sobre hábitos que fariam bem ao sujeito, como não se desviar daquilo que seria essencial, em outras palavras, não acender as coisas fúteis e que não agregariam valor à existência futuramente.

Bauman usa o termo “certeza manufaturada” para denotar a necessidade humana, ou melhor, a busca por construir, buscar certezas irrefutáveis a partir de um ponto de partida intrínseco que torne possível ao indivíduo verificar por conta própria aquilo que, para si, está em questão. Nesse sentido, não mais se busca por uma única e determinada certeza, mas sim como fazer para eliminar as possibilidades de

manter algo em sua vida, acreditando ou vivendo, sendo que poderia ser passível de falhas. Mesmo considerando que algo estava tido como verdade absoluta, o indivíduo passa a questionar por suas próprias desconfianças e só acreditará após conseguir verificar por conta própria.

Toda certeza alcançada depois do “pecado original de dismantelar o mundo cotidiano cheio de rotina e vazio de reflexão, terá que ser uma certeza manufaturada, uma certeza escancarada e desavergonhadamente, “fabricada”, sobrecarregada com toda a vulnerabilidade inata das decisões tomadas por humanos. (BAUMAN, 2001, p. 29).

Para corroborar com essa mesma proposição, Bauman (2001, p. 30) cita também o sociólogo Alain Touraine, o qual passa a tratar do indivíduo não mais como apenas um sujeito passivo dentro de uma sociedade, mas sim como um indivíduo que busca por estratégias que o proporcionem e ou conduz a uma existência mais ativa, subjetivamente falando. Aqui é possível compreender que de algum modo as normas que o sujeito até então seguia eram ditadas pela sociedade e não eram passíveis de questionamento. É nesse momento então que surge o conceito de “anomia”, o qual consideramos aqui pertinente para compreender o contexto.

Observa-se que Bauman (2001) compreende o significado de “anomia” como algo ambivalente. Num primeiro momento, apresenta como algo que poderia ser como uma barreira, pois, o sujeito necessitaria de um mecanismo que o conduza e guie durante sua vida, justamente pelo fato de que, sem isso, tende a estar desamparado. Como descreve Émile Durkheim (apud BAUMAN, 2001, p. 27), em sua definição, a saber: anomia constitui-se na inexistência de uma legislação, ou seja, muitas vezes até possa ter existido, mas por algum fator, algum motivo, acabou deixando de ter validade. Isto é, sofre desintegração, havendo esse rompimento. Logo, culminando na ausência de uma ordem de regras.

Outro modo de interpretarmos seria associar com uma espécie de analfabetismo (uma não compreensão) das normas, pois, assim como somos alfabetizados de acordo com a estrutura do alfabeto, ocorreria de um modo parecido com as normas que regem a sociedade. Não bastaria apenas apresentar as letras para que fosse possível tornar algum sujeito letrado, alfabetizado. É necessário uma maior atenção, justamente porque isso é vivenciado cotidianamente e na prática. Aí

associamos a questão da aplicabilidade. Em outras palavras, o que aqui queremos dizer é que para ambas as coisas se faz necessário um aprofundamento. Portanto, não basta apenas conhecer, é preciso compreender e entender para tornar possível a aplicabilidade.

A partir dessa virada de chave, o sujeito passa a colocar em cheque todo esse modelo e isso lhe permite fundamentar a própria vida a partir da subjetiva dentro daquilo que lhe é permitido questionar. Aí entra a questão das classes sociais, da união, para defender posicionamentos e conquistar a tal liberdade conquistada.

O neoliberalismo totalitário, ao buscar uma homogeneização da esfera mercadológica, auxilia na articulação das demais esferas (econômica, social e cultural) em vista de uma mercantilização, isso significa que, com o intuito de buscar padronizar as interações entre indústria/empresa - mercado - indivíduo, gera um abandono da singularidade das esferas, e desencadeia uma racionalidade meramente economicista, visando sempre o maior desempenho, a partir da menor perda (custo) e do menor tempo (CHAUÍ, 2019).

Sendo assim, a estabilidade que podia ser experimentada em outros períodos, na Modernidade Líquida passa a ser algo distante. O Imediatismo, ou “instantaneidade” como Bauman (2001) destaca, tomam lugar, se tornando uma consequência da liquidez:

O tempo instantâneo e sem substância do mundo do software é também um tempo sem consequências. “Instantaneidade” significa realização imediata, “no ato” - mas também exaustão e desaparecimento do interesse. A distância em tempo que separa o começo do fim está diminuindo ou mesmo desaparecendo [...]. (BAUMAN, 2001, p. 137).

Essa ideia de movimento instantâneo projeta no sujeito a noção de rapidez. Esse mecanismo faz com que a rapidez esteja atrelada a maiores vantagens, haja visto que, uma vez estando em um lugar, o sujeito tem a possibilidade de estar em outro logo em seguida, desenhando assim uma perspectiva de adaptabilidade em todos os aspectos da vida humana. Manter o presente nas mãos garantiria, de algum modo, o futuro. Seria sinônimo de progresso não estar preso ao passado, atualizar-se, significa avançar e estar no agora, fazer o que for preciso para atingir os objetivos que deseja. Adaptar-se e remodelar-se são os pontos fortes deste

período, na visão baumaniana. Além disso, essa dinâmica de mobilidade possível transfere ao indivíduo a grandiosa ideia de liberdade, já que, poder estar em diversos lugares pressupõe adaptabilidade. Logo, aquele que se adapta a um maior número de situações, mais livre para escolher onde quer estar, este será.

A partir do conceito de Modernidade Líquida, Bauman (2001), argumenta que vivemos em uma era marcada pela transitoriedade e efemeridade, onde tanto as mercadorias quanto às relações sociais assumem um caráter descartável e provisório. Essa fragilização dos vínculos humanos, resulta da volatilidade do mundo líquido, o que dificulta a projeção de um futuro “estável”, substituído pela constante sensação de instabilidade, insegurança e incerteza, uma vez que as possibilidades tornam-se infinitas — tanto para emancipação quanto para opressão.

Nesse contexto, o autor adverte que "as consequências de nossas ações dissipam-se antes mesmo de serem adequadamente compreendidas" (BAUMAN, 2001, p. 15), ilustrando a volatilidade, a imprevisibilidade e a vulnerabilidade inerentes à contemporaneidade. A dominação, o controle passam a ser a nova roupagem da modernidade (líquida).

Modernidade líquida significa globalização, consumo, somos aquilo que consumimos, comunicação expandida, individualização. Rompe-se com a ideia de construção a partir do coletivo. Nesse sentido, a racionalidade que passa a ser guia dos sujeitos é a de que, para estar “vivo”, este precisa acompanhar o progresso em tempo real. A busca pela satisfação imediata se propaga, levando o sujeito à alcançar aquilo que podemos chamar de “imediatismo”, ou o que Bauman chamou de “instantaneidade”.

## 2. INSTANTANEIDADE

Bauman analisa as transformações decorrentes da globalização, destacando seus aspectos aparentemente benéficos: a aceleração dos meios de comunicação e da mobilidade, que facilitam o acesso a diferentes culturas, formas de vida e interações sociais. Esse cenário geraria novas oportunidades, expandindo tanto as esferas sociais quanto as econômicas, graças à rápida circulação e compartilhamento de informações e dados digitalizados. Contudo, para Bauman, essa mesma fluidez globalizante produz efeitos ambivalentes e profundamente disruptivos. Ela distorce os processos de construção identitária e fragiliza a manutenção dos laços sociais. A facilidade de acesso a lugares, informações e conexões alternativas alimenta a percepção de que o indivíduo não precisa se fixar ou nutrir vínculos duradouros, uma vez que outras possibilidades - igualmente atrativas - parecem estar sempre disponíveis.

Desse modo, emerge uma cultura do descompromisso: os sujeitos tendem a evitar conexões profundas e compromissos (ou contratos) estáveis, preferindo manter-se abertas a opções que pareçam menos limitantes. A noção de permanência é substituída pela lógica da provisoriedade e da troca contínua.

Essa dupla análise realizada por Bauman evidencia que, se por um lado a globalização trouxe avanços inegáveis em termos de conectividade e acesso, por outro ela não é um fenômeno intrinsecamente positivo. O movimento constante de adaptação a novos contextos, pessoas e expectativas gera um substrato de insegurança ontológica, ansiedade e instabilidade emocional, convertendo-se, assim, em um problema social característico da modernidade líquida.

Como um móvel fabricado para durar “a vida toda”, assim eram reforçados os vínculos e as relações humanas na “modernidade sólida”. Isso só seria possível, segundo Bauman (2001): na modernidade sólida. Após este período, a constante busca pela mudança (com a ideia de evolução) acaba impossibilitando esse ato de construir algo duradouro, pois, o desejo logo mais será outro, despertando a vontade de adquirir novos produtos e, na “modernidade líquida” somos aquilo que

consumimos. Como consequência, essa racionalidade fluida respinga em todas as esferas do mundo da vida do sujeito.

Se a modernidade sólida punha a duração eterna como principal motivo e princípio da ação, a modernidade “fluida” não tem função para a duração eterna. O “curto prazo” substituiu o “longo prazo” e fez da instantaneidade seu ideal último. Ao mesmo tempo em que promove o tempo ao posto de contêiner de capacidade infinita, a modernidade fluida dissolve - obscurece e desvaloriza - sua duração. (BAUMAN, 2001, p. 145).

A instantaneidade tornou-se o guia da modernidade líquida, definindo e remodelando as ações humanas. Para que o sujeito ocupe um “lugar” neste mundo líquido, precisa agir o mais rápido que puder, pois quem é “veloz” chega mais rápido e mais longe, ou seja, consegue acompanhar o ritmo do sistema. Enquanto que, aqueles que permanecem, são os que estão sujeitos à dominação, aos comandos daqueles que podem escolher (onde e quando) querem estar. (Bauman, 2001, p. 139).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, no espaço privado, o sujeito pertencente à modernidade líquida, constrói a sua identidade a partir daquilo que ele consome. Sejam: mercadorias, relacionamentos, interação social, tecnologia, redes sociais, entre outros. O sujeito se consolida como indivíduo quando consome, e para que isso siga, para que ele se mantenha dentro da ideia de um indivíduo ativo, ele precisa estar consumindo o tempo todo. A realização/conquista dos objetivos é compreendida, portanto, neste cenário, como equivalente à felicidade.

A indiferença em relação à duração transforma a imortalidade de uma ideia numa experiência e faz dela um objeto de consumo imediato: é o modo como se vive o momento que faz desse momento uma “experiência imortal”. Se a “infinidade” sobrevive à transmutação, é apenas como medida da profundidade ou intensidade da *Erlebnis* {vivência [sic]}. O ilimitado das sensações possíveis ocupa o lugar que era ocupado nos sonhos pela duração infinita. (BAUMAN, 2001, p. 144).

Bauman (2001) observa também as metamorfoses no espaço público. Na modernidade líquida, as memórias do passado, que antes eram formadoras da identidade, passam a não serem mais consideradas relevantes diante da lógica instantânea e também algorítmica que podemos encontrar nas redes sociais. O cenário torna ainda, os sujeitos alheios aos problemas sociais, políticos e públicos. Justamente porque este sujeito está focado apenas e somente em sua vida privada.

Diante desse cenário, Bauman propõe que devêssemos refletir não sobre como aumentar a velocidade ou expandir o fluxo das coisas, a transitoriedade e/ou a velocidade, mas sim, que passássemos a tentar resgatar e retomar o anseio por aquilo que poderia ser “eternizado”, vivido de maneira mais prolongada. Deste modo, o sujeito estaria resistindo ao mecanismo vigente, posto através dos moldes da modernidade líquida para conduzir ao “substituível” (com validade determinada).

Esse imediatismo, podemos analisar a partir da perspectiva de ruptura com o período anterior, o qual existia fortemente a ideia de que a existência humana teria um significado além daquilo que pudesse ser construído, ou seja, o protagonismo subjetivo passou a ser entendido como algo que devesse ser pensado e concretizado aqui e agora, tendo em mente a ideia de finitude.

Em síntese, a transição do período medieval para a modernidade inaugurou transformações fundamentais, como a busca pela autonomia do sujeito e a construção de um conhecimento baseado em fundamentos sólidos. Esses ideais, no entanto, sofreram profundas reconfigurações na chamada Pós-Modernidade – ou, como prefere Bauman (2001), na Modernidade Líquida. Para o autor, ainda habitamos a esfera do projeto moderno, porém sob uma estrutura radicalmente transformada. É nesse contexto que Bauman (2007) afirma que:

A crise do pós guerra, do pacto social e do otimismo desenvolvimentista que acompanharam o dismantelamento do sistema colonial e a proliferação de novas nações cair no passado, abrindo as portas para o admirável mundo novo de fronteiras removidas ou vazadas, o dilúvio de informações, a globalização galopante, o festival do consumo no norte abastado e um senso de desespero e exclusão cada vez mais profundo em grande parte do resto do mundo, a partir do espetáculo da riqueza de um lado e da destituição do outro. Podemos vê-la agora, com o benefício do tempo, como um verdadeiro divisor de águas na história moderna. No final daquela década, o ambiente em que homens e mulheres enfrentavam os desafios da vida havia mudado sub repticiamente, embora de maneira radical, invalidando as sabedorias existenciais usadas até então e demandando uma profunda revisão e reforma das estratégias de vida (BAUMAN, 2007, p. 56).

Com isso, o teórico quer dizer que o mecanismo de ação dos sujeitos foi recondicionado, passando à adotar modos de sobrevivência, isso significou a amplificação da fragilização das relações humanas e, devemos lembrar também da intensa busca pela satisfação imediata.

Desse modo, Bauman elabora um diagnóstico da Modernidade, sem, contudo, propor uma solução normativa para as patologias sociais que identifica. Sua crítica opera por meio de um movimento análogo ao da psicanálise freudiana: o objetivo não é prescrever um caminho, mas promover a conscientização. Ao desvelar as estruturas líquidas nas quais o sujeito está imerso, a teoria busca capacitá-lo para, a partir dessa nova consciência, exercer sua autonomia e definir seus próprios caminhos.

## 2.1 A AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO E OS IMPACTOS

Com o intuito de avançar na sociedade economicista, a intensificação da produção de mercadorias e conseqüentemente de bens, culminou também em uma alarmante crise climática. Os avanços significativos, principalmente no setor industrial, tornaram possível expandir a comercialização de mercadorias. Assim, com a expansão do mercado, em nível global, aumenta a exploração e busca por matéria-prima, já que agora também aumentava a competitividade.

Como consequência disso, passou-se a ter grande exploração das matérias-primas e, de forma descontrolada, tendo em vista a crescente na produção das mercadorias e, no grande avanço da comercialização destas. A poluição ambiental foi intensificada, sendo consequência da grande escala de produção sem preocupações sustentáveis, marca resultante do capitalismo globalizado.

Para que a produção aumentasse, era preciso mais energia e, essa energia era obtida através dos motores à combustão. Isso tudo desembocou então, em emissões de carbono em excesso, desmatamento, extração e uso de recursos não renováveis de forma desenfreada. Essa "aceleração contemporânea não é democrática", afirma Santos (1996), ela beneficia quem controla os fluxos globais (elites), e ao mesmo tempo amplia a exclusão daqueles que não conseguem acompanhar os avanços, sem contar na falta de responsabilização pela extração ilegal de muitos recursos renováveis e não-renováveis. Bauman, em *Globalização: As Conseqüências Humanas* (1999), destaca que as camadas privilegiadas, isto é, as elites, da sociedade globalizada sem nenhuma barreira, tem a possibilidade se proteger das conseqüências ambientais, enquanto que, as populações pobres (excluídos) enfrentam as crises nos territórios vulneráveis, pois estes não tem como e nem para onde ir.

O neoliberalismo, como podemos lembrar, é o núcleo de uma globalização que, embora se apresente como consequência inevitável, gera crises sistêmicas – da mercantilização da vida à destruição ambiental. A crise climática global é a expressão paradigmática das contradições resultantes da modernidade líquida, conforme Bauman (2001) e, também, analisada por Harvey (1993). Estes, em perspectivas complementares, apresentam conceitos fundamentais para compreender como as dinâmicas do capitalismo acentuam a crise ambiental mas, ao mesmo tempo, aprofundam desigualdades estruturais.

Harvey (1993) complementa esta análise ao elucidar que o capitalismo transfere os custos ambientais para as regiões e comunidades mais desassistidas, com a promessa de proporcionar “novas e melhores oportunidades de vida”. Isso se torna evidente quando olhamos para as grandes corporações, que direcionam seus projetos mais poluentes para países com legislações ambientais menos rigorosas. E não para por isso: sabe-se que grandes multinacionais buscam instalar-se em locais onde a fiscalização é frágil, ocasionando uma série de irregularidades tanto trabalhistas quanto ambientais.

Esta lógica de expansão desigual, no entanto, é apenas uma face do processo contínuo de acumulação e globalização capitalista. O pós-Segunda Guerra Mundial, em especial no contexto da Guerra Fria, acelerou exponencialmente essa dinâmica. O crescimento econômico e a competição geopolítica transformaram o avanço tecnológico em um campo de batalha decisivo. A busca por instrumentos e mercadorias cada vez melhores, foi determinando quem estava à frente dos demais. Nesse cenário de corrida técnica, não apenas novas tecnologias foram criadas, mas também as existentes, como os sistemas de comunicação, foram radicalmente aprimoradas e massificadas.

Foi nesse contexto de aceleração e interligação progressiva que a comunicação em tempo real, simbolizada e potencializada pelo telefone e depois por outras mídias, tornou-se um pilar da globalização. A tecnologia se firmava como grande aliada na expansão de mercados, na produção em escala e na conexão de territórios, mas ainda enfrentava limites. Para alcançar uma integração verdadeiramente global, era preciso ir além (BAUMAN, 2001).

Com o surgimento posterior de um sistema global interconectado (a internet), a comunicação finalmente ultrapassou os limites que ainda existiam. Os serviços, as indústrias, o comércio e as relações humanas se remodelaram. Nesse novo

contexto, tornou-se possível e necessário não apenas vender produtos, mas propagar a própria necessidade de desejar tudo aquilo que a globalização proporcionava. É precisamente essa transição do desejo para uma lógica de consumo mais ampla que Ferguson (1996 apud BAUMAN, 2001, p. 89) analisa, ao observar que o ato de desejar,

liga o consumo à auto-expressão [sic], e a noções de gosto e discriminação. O indivíduo expressa a si mesmo através de suas posses. Mas, para a sociedade capitalista avançada, comprometida com a expansão continuada da produção, esse é um quadro psicológico muito limitado, que, em última análise, dá lugar a uma “economia” psíquica muito diferente. O querer substitui o desejo como força motivadora do consumo. (FERGUSON, 1996 apud BAUMAN, 2001, p. 89).

Na sociedade atual, as mercadorias transcendem sua função utilitária para se tornarem signos de identidade. Como afirma Bauman em *Modernidade Líquida* (2000) os objetos de consumo são, antes de tudo, materiais de autoconstrução: compramos para ser. Essa lógica transforma o ato de consumir em um ritual de afirmação existencial, onde a posse de determinados bens - de smartphones a carros de luxo - serve como linguagem social que comunica status e pertencimento. O capitalismo líquido, assim, opera uma alquimia perversa: converte desejos em necessidades e necessidades em provas de existência social.

Na sociedade globalizada, coagida pelo capitalismo neoliberal, a capacidade de discernir os desejos autênticos foi profundamente comprometida. O sujeito passa a experimentar uma dificuldade crescente em validar aquilo que verdadeiramente promove seu bem-estar, em meio a um universo de estímulos consumistas. Como resultado, busca-se uma completude simbólica no consumo de objetos e experiências cada vez mais supérfluos e efêmeros. Essa satisfação ilusória, no entanto, revela-se estruturalmente fugaz, perpetuando um ciclo de insatisfação que alimenta a própria lógica do sistema.

Como as distâncias foram encurtadas, criaram-se novos horizontes de possibilidades, os sólidos, ou seja, tudo aquilo que antes era algo firme, estável e determinado, definido, passa agora a assumir novas formas, ou seja, agora a mobilidade perpassa por todas as esferas da vida sujeito, fazendo com que ao mesmo tempo que surgem novas possibilidades, também tenhamos menos garantias de algo ser e se tornar estável. Assim, há uma busca individual para construir o próprio futuro.

Uma vez que o mundo torna-se conectado, o que acontece em um pólo pode afetar o outro (direta ou indiretamente). Podemos citar aqui, algo vivenciado mundialmente entre os anos de 2019 e 2023: um vírus (*covid-19*) se espalhou por todos os espaços habitados. Este, mesmo tendo sido, inicialmente, restrito à uma localidade, logo tornou-se preocupação mundial. Alastrou-se causando incertezas, medos e resultando em inumeráveis mortes. Nesse cenário, da *covid-19*, observou-se que grandes mudanças impactaram a vida dos sujeitos. O isolamento forçado, a falta de conhecimento sobre cuidados preventivos e tratamentos e manejos dos acometidos. Além disso, mesmo após diminuir o número de contaminados, os impactos ainda eram gigantescos.

O período nos trouxe modificações em formas de estudos, trabalho e conseqüentemente, na forma como nos relacionamos com os demais indivíduos. Passou-se a acreditar que a tecnologia seria como o “salvador da pátria”, principalmente as gerações mais novas. Novas profissões surgiram, novas modalidades de relacionamentos. Ampliaram os revolucionários do universo digital, onde estes proporcionam a salvação das ruínas que os sujeitos estão inseridos, culpando o sistema por tê-los colocado lá, muito embora, o que estes desejam, não é ser solidários, mas sim, conseguir “engajamento”, já que este causa uma sensação de visibilidade. Logo, o sujeito percebe sua existência como válida.

## 2.2 ONLINE EXISTO

A globalização tornou o mundo em algo “unificado”, conectado em alguns sentidos e isolado em outros. Muitas das coisas que antes eram compartilhadas para um número limitado de pessoas, hoje podem alcançar lugares ilimitados, muitas vezes sendo motivo de “competição” e exibição.

Na era tecnológica globalizada, o consumo transcende a aquisição de bens materiais para abranger também conteúdos digitais instantâneos e o universo das mídias digitais. Nesse contexto, o indivíduo é levado a construir uma identidade projetada – uma extensão idealizada de si mesmo –, que opera como um modelo utópico de existência.

O retrato da inautenticidade publicamente produzida pode ser verdadeiro; os argumentos que apoiam sua verdade são irresistíveis. Mas não é a verdade desse retrato que determina o impacto dos “espetáculos de sinceridade”. O

que importa é como se sente a necessidade planejada da construção e reconstrução da identidade, como ela é percebida “de dentro”, como ela é “vívida”. Seja genuíno ou putativo aos olhos do analista, o status frouxo, “associativo”, da identidade, a oportunidade de “ir às compras”, de escolher e descartar o “verdadeiro eu”, de “estar em movimento”, veio a significar liberdade na sociedade do consumo atual. A escolha do consumidor é hoje um valor em si mesma; a ação de escolher é mais importante que a coisa escolhida, e as situações são elogiadas ou censuradas, aproveitadas ou ressentidas, dependendo da gama de escolhas que exibem. (BAUMAN, 2001, p. 102-103).

O contraste abrupto entre essa projeção e a realidade concreta gera um impacto profundo, desencadeando crises de identidade e um mal-estar difuso. A lógica de mercado, assim, é internalizada: da mesma forma que as mercadorias são incessantemente renovadas, o sujeito torna-se um produto daquilo que consome. Nessa dinâmica, a felicidade é transformada em mais um bem perecível (BAUMAN, 2001, p. 27), que exige consumo e atualização constantes para sustentar uma ideia fantasiosa de plenitude.

O consumo de informações, nesse contexto, está igualmente atrelado à necessidade de existência social. Manter-se atualizado sobre o que acontece gera uma ilusão de controle sobre o meio, mas funciona principalmente como um mecanismo de visibilidade: quem não consome, não interage e, conseqüentemente, não é percebido – deixando, simbolicamente, de existir.

Quando se está frente a frente com outro indivíduo, somos motivados a encarar a situação de forma concreta, desenvolvendo e criando um diálogo, um debate entre os pares, interagindo e resolvendo situações. Diferente disso, no ambiente digital, num cenário conflituoso, por exemplo, o sujeito pode simplesmente “desligar” a internet, ou “silenciar” a conversa, para que esta seja evitada e tenha a sua continuação interrompida. Logo, lidar com situações desagradáveis já não mais se torna algo presente na vida do sujeito que busca apenas satisfação.

Bauman direciona um olhar crítico à respeito da superficialidade dos modelos de relações online (virtuais), onde os indivíduos não mais se propõem (ou com pouca frequência) a se colocarem em uma condição onde precisam dialogar olhando para a pessoa, sem controle da situação, sem poder fugir (como quando era criança) caso não esteja sendo aquilo que esperava.

Isso nos faz pensar em como esse mecanismo afasta ao contrário de aproximar e promover o fortalecimento dos laços humanos. Para essa reflexão, Bauman (2001) faz referência à Habermas, já que este acredita no fortalecimento

dos espaços públicos, que podemos entender aqui, também como englobando a interação e colaboração mútua entre os sujeitos; enquanto que, para Bauman (2001), todos os espaços ocupados pelo sujeito já foram tomados pela racionalidade mercadológica. Segue ainda, sugerindo que, se há algo a ser feito, é preciso ser direcionado no âmbito das comunidades e não no espaço público (global). Portanto, é neste espaço, onde a globalização neoliberal não distorce os significados e os sentidos das coisas e das relações entre pares que, a união, a ação comunicativa teria possibilidade de direcionar um caminho mais democrático, dialógico e promissor para todos que ali convivem.

Bauman resgata a noção de que a retomada da ideia de “comunidade”, um modo de vida em que existe a participação associada dos sujeitos que na sociedade vivem, e que assim, estes sujeitos possam reconhecer-se como protagonistas da sociedade onde vivem e possam se identificar como peças importantes para o desdobramento dos acontecimentos.

É preciso que os afetados se unam e lutem juntos pelo ideal maior, somente assim será possível conquistar e combater as falhas. Todavia, existem alguns aspectos que dificultam que o mal seja cortado pela raiz. Existe uma dificuldade em transformar a Sociedade em Comunidade. Somente ao passo que os indivíduos pudessem reunir-se como uma comunidade é que se tornaria possível a realização de uma democracia sem falhas.

Para que a sociedade se transforme em comunidade, é preciso que os sujeitos compreendam seus potenciais e compreendam também os potenciais dos demais indivíduos. O afastamento por desconexão, falta de ligação em comum entre os sujeitos, enfraquece a formação da comunidade. É preciso que os grupos se fortaleçam e passem a compreender que os outros grupos também são necessários, fundamentais para o funcionamento da democracia. É assim que se constitui um ambiente democrático. Compreendendo o outro, entendendo e sabendo que ele também tem seus anseios. A partir da compreensão das particularidades, torna-se boa a convivência e interação no mundo da vida. O sujeito passa a reconhecer-se importante e considera os outros assim também.

Apenas a partir do instante em que se constitui a consciência da vida em comunidade é que a democracia se efetiva. A ação conjunta, das pessoas, dos ideais, das políticas, é a principal condição para que a comunidade seja constituída. A associação de interesses, necessidades, prioridades, juntamente com os ideais

morais, cria uma comunidade. Portanto, para que a comunidade se efetive, é necessário que exista uma ação comunicativa. Essa ação irá tornar possível a conexão entre os membros que dela fazem parte. Cada um vivencia as experiências à sua maneira, entretanto, é somente por via da comunicação que podemos externalizar nossos sentimentos, angústias, medos, apreensões, nossas alegrias e desejos. Quando transmitimos/compartilhamos estas coisas com outras pessoas, tornamo-nos abertos a ouvir as necessidades do outro também. Aprendemos aos poucos a sermos comunidade, e é isso o que nos difere dos outros seres vivos a capacidade de conviver e construir comunidade.

Por fim, o papel da emancipação, Bauman apresenta como um mecanismo de “libertação”. Um movimento de libertação. Não por completo, mas talvez de tornar-se consciente e protagonista com consciência de sua própria vida, não apenas seguindo a racionalidade vigente e coletiva, que até então era comum a todos. Pois, em relação ao paradigma da modernidade líquida, Bauman não apresenta uma resolução, mas sim, apenas um diagnóstico.

E o conceito de emancipação, então, significa o rompimento com a tradição, a superação das estruturas fixas e pré-determinadas por esse modelo neoliberal, e o rompimento com a racionalidade tradicional. Emancipação: tornar-se consciente, nem tão petrificado, nem tão instável. Equilíbrio dos extremos.

### 3. EMANCIPAÇÃO NA MODERNIDADE LÍQUIDA

Este capítulo dedica-se a investigar o conceito de emancipação centrado no pensamento de Bauman, analisando suas possibilidades e limites para libertar o sujeito das condições impostas pela sociedade líquida-moderna. Muito embora Bauman não apresente uma proposta radical de modificação da realidade, para decifrar o significado peculiar que a emancipação assume em sua obra, é imperativo retomar a grande transição que estrutura sua teoria: a passagem da modernidade sólida à líquida.

Inicialmente, o projeto moderno ergueu-se sobre a crítica racional e a promessa de ordem, dissolvendo as formas rígidas e tradicionais da ordem social anterior – cuja autoridade última residia, em grande medida, na instituição religiosa – para erigir, com base na razão e na ciência, seus próprios “sólidos”: instituições estáveis, burocracias permanentes e promessas de progresso linear. Contudo, o próprio capitalismo, motor desse processo, atuou como um “ácido” que, ao buscar incessantemente a “destruição criativa”, começou a corroer as próprias estruturas que ajudou a construir.

O ápice e a crise da modernidade sólida tornaram-se visíveis no período pós Segunda Guerra. A sociedade experimentou um crescimento exponencial e uma prosperidade material sem precedentes, totalmente ancorados no ideal fordista de solidez: emprego estável, planejamento familiar de longo prazo e a promessa de segurança institucional. Paradoxalmente, foi esse próprio sucesso material que começou a minar as bases da solidez.

O sistema capitalista, em sua busca por novos mercados e maior flexibilidade, iniciou um processo de esfacelamento das estruturas que até então eram sólidas, corroendo as mesmas estruturas industriais e burocráticas que haviam garantido sua estabilidade. Foi nesse contexto de crise iminente da solidez, que a questão da emancipação mostrou suas fissuras. Como Bauman (2001, p. 23) ressalta ao recuperar a interrogação de Marcuse: a libertação dos sujeitos não era o real problema enfrentado neste período, mas sim, a falta de base para fortalecimento e realização desta dita “libertação”, em outras palavras, a percepção de que as bases

sólidas – comunitárias, institucionais e existenciais – que deveriam sustentá-la estavam se tornando instáveis.

### 3.1 EMANCIPAÇÃO NA MODERNIDADE SÓLIDA

A noção de progresso representa um motor central na história da humanidade, impulsionando buscas por melhorias que, em cada época, assumiram ritmos e complexidades distintas. Enquanto pensadores de diversas áreas se debruçam sobre o impacto dessas transformações nas sociedades atuais, uma mudança de paradigma se destaca: a reconfiguração do próprio ideal de autorrealização. Na modernidade sólida, predominava uma racionalidade – também capturada pela crítica marxista – que conjugava a autorrealização à emancipação, entendida como libertação progressiva das determinações institucionais que cerceavam as ações privadas. A plenitude era concebida como um projeto coletivo de libertação coletiva de estruturas opressoras.

Em Bauman (2001), o tradicional é compreendido como a base da modernidade sólida — um modo de vida caracterizado por estabilidade, durabilidade e previsibilidade nas estruturas sociais, instituições e relações humanas. Sua conceitualização vai além de uma mera nostalgia; é um contraponto analítico para explicar a fluidez da modernidade contemporânea. Instituições como família, Estado, igreja e trabalho possuíam contornos definidos e funções estáveis. Normas e valores eram coletivamente compartilhados e transmitidos entre gerações. Relações baseadas em compromissos de longo prazo (casamentos, amizades). A identidade era ancorada em grupos fixos (classe, profissão, território). O tempo era percebido como linear e cumulativo, orientado para projetos de vida de longo prazo. O espaço era delimitado e significativo (casa, comunidade, trabalho). A rigidez das estruturas fornecia certezas sobre o futuro e o lugar de cada indivíduo no mundo. O preço dessa segurança era a limitação de escolhas individuais.

[...] a realidade adequada aos veredictos da razão deveria ser “construída” sob estrito controle de qualidade e conforme rígidas regras de procedimento, e mais que tudo *projetada* antes da construção. Era uma época de pranchetas e projetos — não tanto para mapear o território social como para erguer tal território até o nível de lucidez e lógica de que só os mapas são capazes. Era uma época que pretendia impor a razão à realidade por decreto, remanejar as estruturas de modo a estimular o comportamento racional e a elevar os custos de todo comportamento

contrário à razão tão alto que os impedisse. (BAUMAN, 2001, p. 58, grifo do autor)

O tradicional representa uma era de fronteiras claras, onde a vida era mais previsível — mas também mais restritiva. Sua erosão na modernidade líquida liberta o indivíduo de amarras, mas o lança em um mar de incertezas onde a liberdade se confunde com desamparo. A razão crítica como instrumento de desvelamento da realidade, a crença no progresso contínuo e linear da história e a confiança na capacidade da organização social por meio da engenharia institucional, configuraram um modelo no qual a liberdade era um fim a ser alcançado pela aplicação de um conhecimento totalizante sobre a sociedade. A emancipação dependia, portanto, da elaboração de uma teoria crítica capaz de diagnosticar o *modus operandi* das ameaças totalitárias e de traçar um caminho coletivo para sua superação.

[...] a teoria crítica pretendia desarmar e neutralizar, e de preferência eliminar de uma vez, a tendência totalitária de uma sociedade que se supunha sobrecarregada de inclinações totalitárias intrínseca e permanentemente. O principal objetivo da teoria crítica era a defesa da autonomia, da liberdade de escolha e da auto-afirmação humanas, do direito de ser e permanecer diferente. (BAUMAN, 2001, p. 34).

O projeto emancipatório, de matriz iluminista, visava à emancipação como um processo coletivo de superação racional de heteronomias. Para sua realização, demandava a compreensão da opressora estrutura totalitária, plenamente articulada entre o obscurantismo religioso e o absolutismo político, que fortalecia e intensificava a exploração econômica capitalista. Neste contexto, a teoria crítica constitui a expressão paradigmática e o ápice desse modelo de emancipação na modernidade sólida. Sua missão era desnaturalizar e desmontar as determinações institucionais que limitavam a autonomia humana.

Os fenômenos totalitários do século XX eram interpretados não como antíteses externas à modernidade, mas como patologias imanentes ao seu curso - seja como fruto da razão instrumental (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) levada ao extremo, seja como resultado de contradições estruturais do capitalismo.

A sociedade totalitária da homogeneidade compulsória, imposta e onipresente, estava constante e ameaçadoramente no horizonte - como

destino último, como uma bomba nunca inteiramente desarmada ou um fantasma nunca inteiramente exorcizado. Essa modernidade era inimiga jurada da contingência, da variedade, da ambiguidade, da instabilidade, da idiosincrasia, tendo declarado uma guerra santa a todas essas “anomalias”; e esperava-se que a liberdade e a autonomia individuais fossem as primeiras vítimas da cruzada. (BAUMAN, 2001, p. 33).

Combater o totalitarismo demandava, assim, aprofundar a crítica radical à modernidade, e não abandoná-la. A emancipação visada era finalística e prometia uma nova ordem social: estável, justa e transparente. O ideal emancipatório da modernidade sólida pressupunha a união coletiva, fortalecendo o sentido e direcionando à libertação das estruturas totalitárias.

Se, na modernidade sólida, ela era um projeto iluminista coletivo – um ato de libertação de grilhões externos para se alcançar uma autonomia baseada na razão e na vontade –, na liquidez, ela se torna um problema psicológico e individual, internalizado como uma obrigação de ser livre. Esse fardo da liberdade é, na verdade, conduzido pela estrutura mercadológica, que vende a ideia de emancipação como mais um produto: a “liberdade de” consumir identidades e estilos de vida, e não a “liberdade para” autodeterminar-se coletivamente.

É aqui que a distinção entre sociedade e comunidade se torna crucial. A sociedade líquida é o reino dos contratos transitórios e dos interesses funcionais, incapaz de oferecer o suporte necessário. A comunidade, em sua concepção sólida, era o tecido de laços duráveis e compromissos mútuos que fornecia a segurança ontológica para o voo da liberdade. Sem o peso protetor da comunidade, a leveza da liberdade individual se revela um voo cego, que facilmente desemboca no vazio da anomia, na solidão da distopia privatizada e na paralisia de um sujeito sobrecarregado pela própria – e ilusória – autonomia.

A dinâmica comunitária, tal como concebida por Ferdinand Tönnies, é entendida como uma totalidade orgânica (*Gemeinschaft*) baseada em laços afetivos, tradição e pertencimento duradouro. “Por relações comunitárias (*gemeinschaft*) Tönnies entendia toda vida social de conjunto, íntima, interior e exclusiva.” (BRANCALEONE, 2008, p. 99). Essa compreensão encontra ressonância na análise de Bauman (2001, p. 108), para quem a comunidade é uma característica das formas de vida tradicionais, nas quais os costumes eram estabelecidos por meio de laços afetivos e do senso profundo de pertencimento.

Para Tönnies, uma teoria da comunidade teria que adensar fundamentalmente sua raiz nas disposições gregárias estimuladas pelos laços de consanguinidade e afinidade (sejam relações “verticais”, entre pais e filhos, ou “horizontais”, entre irmãos e vizinhos), se caracterizando pela inclinação emocional recíproca, comum e unitária; pelo consenso e o mútuo conhecimento íntimo. Postulou, assim, o que seriam suas “leis principais”: a) parentes, cônjuges, vizinhos e amigos se gostam reciprocamente; b) entre os que se gostam, há consenso; c) os que se gostam, se entendem, convivem e permanecem juntos, ordenam sua vida em comum (TÖNNIES, 1947, p. 41 apud BRANCALEONE, 2008, p. 100).

Em suma, para o autor, a comunidade não se reduz a um sentimento subjetivo, mas se expressa em determinações objetivas. Contudo, tais padrões comunitários não poderiam se realizar apenas no plano afetivo ou normativo; precisariam, necessariamente, de uma base concreta. Para Tönnies, os vínculos comunitários e sua objetividade só ganham concretude quando ancorados no espaço. É através da transição do plano relacional para o territorial que o autor explora ao afirmar que os padrões reconhecidos como comunitários:

[...] se realizariam territorialmente através de três núcleos espaciais: a casa, a aldeia/vila e a cidade. Ainda que se possa ponderar a predominância da sociabilidade de família na casa, de vizinhança na vila, e de afinidade espiritual na cidade, enquanto formas comunitárias de sociabilidade, Tönnies imaginava os três padrões imbricados em cada uma de suas extensões espaciais, de maneira que a cidade, enquanto o possível locus mais evoluído desse esquema, compartilharia, a seu modo, de todos os elementos das formações socioespaciais precedentes, pelo menos em um primeiro momento, e em uma morfologia mais rudimentar. Porém, admitia que na cidade a irmandade profissional seria a mais alta expressão da idéia de comunidade. (BRANCALEONE, 2008, p. 100).

Núcleos estes que faziam sentido enquanto o convívio ocorria de forma ativa dentro de tais grupos e restrita com os demais. À medida que os modos de vida foram alcançando novos formatos, esse convívio foi se estreitando e desencadeando rupturas organizacionais, o que deu origem à sociedade (*Gesellschaft*) - agora fluida e acelerada -, na qual os vínculos são instrumentalizados e contratuais, dados “fundamentalmente, pelo registro dos efeitos do comércio como ocupação econômica de maior peso e visibilidade sociocultural.” (BRANCALEONE, 2008, p. 101). Os interesses individuais e temporários estabelecem critérios inegociáveis, as relações cumprem uma função utilitária, formal e efêmera, substituindo “a determinação heterônoma da posição social pela autodeterminação compulsiva e obrigatória.” (BAUMAN, 2001, p. 41).

A modernidade líquida transformou o projeto utópico coletivo em uma distopia individualizada. Se a utopia clássica visava a emancipação de uma sociedade inteira, a liquidez nos entrega uma "utopia privada", um ideal de liberdade absoluta que, paradoxalmente, gera uma anomia generalizada – um estado de desregramento e ausência de normas onde o indivíduo, embora "livre", se sente perdido e desorientado. Esta é a essência da modernidade transgressiva: a transgressão não é mais um ato heróico contra uma ordem opressora, mas um imperativo de consumo e um estilo de vida (BAUMAN, 2001, p. 88).

A liberdade compreendida por Bauman (2001) pressupõe uma responsabilidade esmagadora. O indivíduo, na sua individualização extrema, é levado a acreditar que deve sustentar sozinho todas as suas escolhas e arcar integralmente com suas consequências. Muitos, até desejam a emancipação, mas se veem paralisados pelo fardo insuportável que acompanha essa liberdade. Eles são, nas palavras de Bauman, "condenados à liberdade".

A individualização chegou para ficar; toda a elaboração sobre o meio de enfrentar seu impacto sobre o modo como levamos nossas vidas deve partir do reconhecimento desse fato. A individualização traz para um número sempre crescente de pessoas uma liberdade sem precedentes de experimentar - mas (*timeo danaos et dona ferentes...*) traz junto a tarefa também sem precedentes de enfrentar as consequências. O abismo que se abre entre o direito à autoafirmação e a capacidade de controlar as situações sociais que podem tornar essa autoafirmação algo factível ou irrealista parece ser a principal contradição da modernidade fluida - contradição que, por tentativa e erro, reflexão crítica e experimentação corajosa, precisamos aprender a manejar coletivamente. (BAUMAN, 2001, p. 47, grifo do autor).

A metáfora central de Bauman – a transição do sólido para o líquido – é a chave para compreender a reconfiguração radical das estruturas sociais e da experiência subjetiva. A Modernidade Sólida era um projeto de ordem, um esforço de engenharia social que encontrava no Estado seu principal arquiteto e garantidor. Este Estado era a estrutura sólida por excelência, responsável por criar leis duráveis, sistemas de bem-estar social e uma identidade nacional coesa, fornecendo previsibilidade e fronteiras claras para a vida social.

Em contraste, a Modernidade Líquida é definida pela dissolução desses referenciais. O Estado vê seu poder ser erodido pelos fluxos globais de capital, informação e pessoas. A própria noção de um "projeto de ordem" é substituída pela

adaptação constante a um mundo em transformação permanente. A "obsolescência imediata" não é mais uma característica apenas dos objetos materiais, mas estende-se às relações, às carreiras, aos conhecimentos e às próprias identidades. Tudo é provisório, descartável e está sujeito a uma atualização contínua.

### 3.2 EMANCIPAÇÃO NA MODERNIDADE LÍQUIDA

O conceito de emancipação na modernidade líquida, conforme teorizado por Bauman, é constitutivamente paradoxal. Longe de configurar uma libertação absoluta, ele se revela uma condição ontológica que demanda suporte estrutural. O autor alerta que a busca por uma liberdade idealizada<sup>7</sup> degenera em fonte de infelicidade, por fomentar angústia e desorientação (BAUMAN, 2001, p. 26). A emancipação, portanto, distancia-se radicalmente dessa liberdade negativa. Bauman (2001, p. 27) explora a dialética da autossuficiência: uma faceta positiva, na auto realização proveniente do alcance de objetivos por mérito próprio; e outra negativa, na qual o fracasso em autogerir as próprias necessidades gera um sentimento paralisante de culpa e inadequação.

Viver diariamente com o risco da auto-reprovação e do auto-desprezo não é fácil. Com os olhos postos em seu próprio desempenho - e portanto desviados do espaço social onde as contradições da existência individual são coletivamente produzidas -, os homens e mulheres são naturalmente tentados a reduzir a complexidade de sua situação a fim de tornarem as causas do sofrimento inteligíveis e, assim, tratáveis. [...] há um grande e crescente abismo entre a condição de indivíduos *de jure* e suas chances de se tornar indivíduos *de facto* - isto é, de ganhar controle sobre seus destinos e tomar as decisões que em verdade desejam. (BAUMAN, 2001, p. 48, grifo do autor).

Este abismo, central na análise de Bauman, aponta para o cerne da individualização líquida<sup>8</sup>. A autonomia pretendida (*de jure*) esbarra na incapacidade sistêmica de realizá-la (*de facto*), gerando o que se poderia chamar de uma culpabilização estrutural.

---

<sup>7</sup> Entendida como pura autarquia ou, ausência total de dependência.

<sup>8</sup> A transformação da emancipação: de um direito socialmente garantido, para uma dívida perpétua do indivíduo consigo mesmo.

É neste ponto que a análise baumaniana, como já apontamos anteriormente, se volta para uma solução aparentemente contraditória<sup>9</sup>. Inspirado em Hobbes e, sobretudo, em Durkheim, Bauman apresenta<sup>10</sup> a submissão a uma força coercitiva externa – como o Estado e suas normas – não como uma prisão, mas como a única esperança de liberdade. Para Durkheim, essa estrutura fornece os limites necessários para a interação social, a troca de experiências e, finalmente, o fortalecimento do indivíduo (BAUMAN, 2001, p. 27). Aqui, Bauman opera uma inversão crítica: na liquidez, onde as estruturas tradicionais se dissolvem, a submissão a um arcabouço normativo mínimo (a coerção) torna-se paradoxalmente a condição de possibilidade para uma ação livre e intencional, pois fornece o pano de fundo estável contra o qual as escolhas ganham significado.

Na modernidade líquida, o projeto de emancipação individual atinge seu paradoxo final: a suposta liberdade de traçar um percurso independente implica, na prática, o abandono de qualquer ideia de totalidade coletiva (BAUMAN, 2001, p. 29). Os princípios orientadores da vida se internalizam completamente, reduzindo-se ao que "faz sentido" para o indivíduo.

A apresentação dos membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna. [...] A "individualização" agora significa uma coisa muito diferente do que significava há cem anos e do que implicava nos primeiros tempos da era moderna - os tempos da exaltada "emancipação" do homem da trama estreita da dependência, da vigilância e da imposição comunitárias. (BAUMAN, 2001, p. 40).

Este novo significado da individualização sinaliza uma inversão paradigmática em relação ao projeto emancipatório da modernidade sólida. Se nesta a emancipação era um empreendimento coletivo voltado à libertação de estruturas institucionalizadas e tradicionais percebidas como opressoras, na modernidade líquida ela se transforma em um imperativo individual de libertação para o mercado de escolhas, onde

---

<sup>9</sup> A coerção social como via de emancipação.

<sup>10</sup> Essa fundamentação é consolidada com a discussão sobre a função das normas e rotinas (BAUMAN, 2001, p. 28). Longe de serem apenas repressivas, elas oferecem sinalizações tranquilizadoras que organizam a conduta e reduzem a insegurança. Contra a crítica de Adam Smith à rotina, Bauman (2001, p. 29) alinha-se à visão de Diderot, para quem os hábitos são protetores e fundamentais para a autocompreensão. É essa previsibilidade que permite a construção de uma certeza manufaturada (BAUMAN, 2001, p. 29) – uma base sólida, ainda que artificial e conscientemente construída, a partir da qual o indivíduo pode exercer sua liberdade e buscar sua emancipação em um mundo que, por si só, é fluido e incerto.

[...] A 'individualização' consiste em transformar a 'identidade' humana de um 'dado' em uma 'tarefa' e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências (assim como dos efeitos colaterais) de sua realização. Em outras palavras, consiste no estabelecimento de uma autonomia de *jure* (independentemente de a autonomia de *facto* também ter sido estabelecida). (BAUMAN, 2001, p. 40, grifo do autor).

Bauman identifica o núcleo do novo regime de emancipação: a privatização do projeto de si. A identidade, que outrora era um atributo social herdado, torna-se um produto a ser constantemente fabricado e comercializado pelo próprio indivíduo no mercado simbólico. A tarefa nunca estará concluída, pois está sujeita à lógica da moda e da obsolescência programada, transformando a busca pela emancipação em um ciclo infinito de consumo identitário e auto otimização.

O cidadão, figura central da modernidade sólida, portador de direitos e deveres perante um Estado definido, cede lugar ao indivíduo-consumidor, cuja arena primária de ação e reconhecimento é o mercado, e do qual vínculo social predominante é o contrato volátil. Essa transição do status de cidadão para o de consumidor representa uma mudança na natureza do poder: a soberania agora se exerce menos pela disciplina dos corpos e mais pela gestão das vontades e desejos dos indivíduos enquanto clientes. As instituições sociais abdicam de seu papel de promover iniciativas emancipatórias, e os sujeitos, por sua vez, deixam de reconhecer a necessidade de questionar a ordem vigente de forma profunda. O que emerge não é uma sociedade acrílica, mas uma onde a crítica se tornou morna e inócua – um hábito de apontar defeitos pontuais que não se converte em um movimento transformador coletivo, mas tem apenas o objetivo de “apontar” (BAUMAN, 2001, p. 30).

A mesa foi virada, por assim dizer: a tarefa da teoria crítica foi invertida. Essa tarefa costumava ser a defesa da autonomia privada contra as tropas avançadas da “esfera pública”, soçobrando sob o domínio opressivo do Estado onipotente e impessoal e de seus muitos tentáculos burocráticos ou réplicas em escala menor. Hoje a tarefa é defender o evanescente domínio público, ou, antes, reequipar e repovoar o espaço público que se esvazia rapidamente devido à deserção de ambos os lados: a retirada do “cidadão interessado” e a fuga do poder real para um território que, por tudo que as instituições democráticas existentes são capazes de realizar, só pode ser descrito como um “espaço cósmico”. (BAUMAN, 2001, p. 49).

Para Bauman (2001, p. 31), o indivíduo que usa um espaço, pode até criticar aspectos do serviço para melhorar sua própria experiência, mas não se mobiliza para efetivar mudanças, pois sua estadia é temporária<sup>11</sup> e o custo do engajamento supera o benefício. A crítica, assim, é privatizada e despolitizada; o sujeito questiona o que e como lhe é oferecido, mas nunca a estrutura que gerencia o ambiente. O campista preocupa-se apenas quando o problema refere-se diretamente à sua performance individual e à sua experiência de consumo. Essa metáfora ilustra o deslocamento do conflito: a luta política, que outrora se dava no espaço público pela transformação das estruturas, é internalizada como um problema de gestão privada do bem-estar e da satisfação do cliente. A ação coletiva é substituída pelo *feedback* individual. Consequentemente, na modernidade líquida, o ser é acompanhado pela ideia da performance, onde a verdadeira transformação social é sabotada por uma indiferença cômoda, e a liberdade individual se exerce não na ação coletiva, mas na passividade do consumo e na crítica estéril.

Na modernidade líquida, a sensação de autorrealização já não emana de um processo de emancipação, mas de uma lógica performática. Nesta nova configuração, o sujeito é levado a buscar o reconhecimento e a validação não pela quebra de grilhões externos, mas pela contínua e bem-sucedida encenação de um eu adaptável, produtivo e consumidor. A performance – e não a libertação – torna-se a moeda de troca para uma sensação fugaz de existência bem-sucedida, marcando a transição de um projeto de vida baseado na liberdade para autodeterminar-se, para um baseado na liberdade de consumir, performar e descartar identidades. A performance, assim, não é um ato de expressão autêntica, mas um trabalho sobre si voltado para a produção de um capital simbólico aceitável nos mercados afetivo, profissional e social. O sujeito torna-se, ao mesmo tempo, empresário, produto e principal cliente de si mesmo.

Esse processo é acelerado por uma tendência humana cooptada pelo sistema: a de fugir daquilo que não gera prazer instantâneo (a busca pela dopamina), em detrimento de valores sociais outrora coletivos. Estes valores, no entanto, não são eternos; são moldados pela racionalidade vigente de cada época. A visão dionisíaca do mundo, que celebra o êxtase coletivo e a transgressão ritualizada, é assim substituída por um hedonismo individualista e administrado. O

---

<sup>11</sup> Bauman (2001, p. 31), utiliza a metáfora do *trailer* para apontar a conflitante relação entre o sujeito individual e o coletivo.

resultado final dessa operação é o esvaziamento do conceito de comunidade – outrora baseado em laços sólidos e relações diretas – em prol de uma sociedade fluida e atomizada, onde os vínculos são tão descartáveis quanto às mercadorias que consumimos, completando o ciclo de uma dominação que não precisa mais de grilhões, apenas de desejos.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bauman (2001) utiliza as estruturas fixas da modernidade sólida, como espelho para expor os custos da modernidade líquida: a insegurança, a fragilidade dos laços e a perda de referenciais éticos. Ele não defende um retorno ao passado, mas alerta que a dissolução total dos sólidos gera novos tipos de sofrimento: ansiedade, solidão e desenraizamento.

Bauman (2001) não busca oferecer um método rígido, mas comparar e diagnosticar essas experiências, revelando os custos humanos da passagem de uma modernidade à outra. Sua percepção revela um dos paradoxos centrais da condição humana: a leveza – a sensação de liberdade, desimpedimento e fluidez – não é o oposto da estrutura, mas sua consequência. A verdadeira leveza demanda uma base de tranquilidade, harmonia e garantia fornecida por estruturas que são, em si mesmas, estáveis – ou seja, sólidas, seguras e previsíveis. Um casamento, por exemplo, não é isento de conflitos, mas oferece um campo afetivo constante, onde as desavenças não ameaçam o vínculo essencial e não exigem compensações dramáticas para restabelecer uma conexão que nunca se perdeu de fato. A leveza, nesse sentido, é sinônimo de estabilidade e é o que transmite segurança ontológica.

A expectativa do salário ao final do mês é outro exemplo dessa dinâmica. É a dinâmica da estrutura salarial e do contrato de trabalho que permite ao indivíduo a leveza de planejar sua vida, consumir e existir sem o medo gerado pela incerteza. Na modernidade líquida, onde as estruturas se dissolvem, essa segurança se esvai. O sujeito é lançado em um estado de adaptação perpétua, que não é experimentado como liberdade, mas como uma luta constante pela sobrevivência.

A sociedade líquido-moderna, portanto, não é um projeto perfeito, mas um campo de batalha silencioso onde o sujeito está sempre em alerta, transformando a vida em uma sucessão de micro-estressores que impedem a formação de projetos, laços e, em última instância, de uma subjetividade saudável. A leveza da fluidez, assim, revela-se o fardo mais pesado de todos.

A Modernidade Sólida buscava erigir estruturas duráveis para conter o caos. A Modernidade Líquida abdicou desse projeto, celebrando a fluidez, mas gerando um novo tipo de sofrimento: a insegurança ontológica de um mundo sem amarras, onde a liberdade de escolha convive com o desamparo de ter que escolher sozinho, o tempo todo. Mais do que fases cronológicas, esses conceitos representam modos radicalmente opostos de organização social, construção identitária e experiência espaço-temporal.

A modernidade sólida consubstanciou-se num projeto de ordenamento contra a ambivalência, no qual o Estado-Nação atuou como arquiteto de estruturas duráveis, regulando a vida social mediante previsibilidade normativa. Em contraposição, a modernidade líquida, é suplantada pela dissolução programática desses referenciais. A obsolescência imediata transfigura-se de falha a atributo intrínseco de referenciais, vínculos e instituições, espelhando uma nova morfologia do poder: este já não emana da rigidez, mas da capacidade de fluir, adaptar-se e evadir.

A organização social sofre uma virada decisiva. O sólido era organizado em torno da lógica da produção, que demandava regras claras, trabalho estável e uma conformidade normativa para sustentar o ciclo produtivo. No líquido, o eixo desloca-se integralmente para a lógica do consumo. A vida social é modelada pela volatilidade do mercado consumidor, onde identidades e valores são adotados e descartados com a mesma facilidade com que se troca uma mercadoria. O trabalho torna-se precário e secundário perante o imperativo capitalista do consumo.

A experiência individual sofre seu impacto mais profundo na esfera identitária. Na modernidade sólida, a identidade configurava-se como um fato social – um atributo fixo e estável, construído através de grupos de pertencimento como nação, classe ou família. Na modernidade líquida, essa condição inverte-se radicalmente: a identidade se transforma numa tarefa individual perpétua, um "projeto" reflexivo que exige a performance incessante de papéis provisórios e descartáveis. A meta deixa de ser a busca por uma forma definitiva, convertendo-se na preservação compulsória de opções abertas – uma fuga antecipada de qualquer fixação que possa imobilizar o sujeito no fluxo do mercado das possibilidades.

A consequência [sic] da autonomia ou independência – isto é, de ser conscientemente autônomo – é a consciência de que as instituições da sociedade poderiam ser diferentes, talvez melhores do que são, de modo

que nenhuma das instituições anteriores, por mais antigas ou veneráveis, pode pretender estar imune à análise, reexame, crítica e reavaliação. (BAUMAN, 2000, p. 86-87, grifo do autor).

A redefinição da experiência de tempo e espaço consolida essa nova condição. A realidade da modernidade sólida era ancorada no local, onde a proximidade física garantia previsibilidade. Na modernidade líquida, por sua vez, é estruturada pelo desencaixe, no qual as tecnologias dissociam as interações sociais de seus contextos originais. Nesse novo panorama, as ações repercutem em escala global, e o nomadismo converte-se em uma estratégia de poder para as elites, ao passo que o território se transforma em uma prisão simbólica para os demais.

Conseqüentemente, a relação com o risco e a certeza se inverte de forma radical. Se na modernidade sólida, apesar de suas patologias, sustentava-se a promessa de controle e em um projeto racional de ordenamento do mundo, na modernidade líquida institucionaliza a incerteza. A sociedade de risco globalizada torna o futuro imprevisível e esvazia a possibilidade de um planejamento de longo prazo. A dúvida metódica sobre como agir transforma-se em um estado permanente, e a única certeza que resta é a da instabilidade permanente.

A transição do sólido para o líquido transcende um mero avanço histórico; é uma mudança de civilização. Representa a passagem de um mundo alicerçado em fundamentos para outro que navega à deriva em um oceano de fluxos. Nessa nova condição, a liberdade individual é conquistada pelo preço paradoxal do desamparo, onde todos os portos seguros se liquefazem.

A sociedade não pode fazer felizes os seus indivíduos; todas as tentativas (ou promessas) históricas nesse sentido geraram mais miséria que felicidade. Mas a boa sociedade pode – e deve – tornar livres seus integrantes, não apenas livres de um ponto de vista negativo – no sentido de não serem coagidos a fazer o que não fariam por espontânea vontade – mas positivamente livres, isto é, no sentido de serem capazes de fazer algo da própria liberdade, de serem capazes de fazer coisas... E isso significa primordialmente poder influenciar as condições da própria existência, dar um significado para o 'bem comum' e fazer as instituições sociais se adequarem a esse significado. A 'questão da paidéia' não pode ser eliminada porque há ainda o projeto democrático não realizado de termos uma sociedade livre constituída por indivíduos livres. (BAUMAN, 2000, p. 112, grifo do autor).

O sujeito da modernidade líquida é confrontado com um mercado simbólico de, no qual é interpelado a curar, consumir e performar uma pluralidade de papéis

sociais. A hibridização cultural não se resume a uma mera justaposição de elementos, mas constitui a matéria-prima ontológica da fluidez identitária contemporânea. Nesse contexto, a identidade deixa de ser uma aquisição estável para se tornar uma performance obrigatória em um palco sem roteiro definitivo. O indivíduo é avaliado por sua capacidade de gestão e troca identitária, permanecendo em um estado de indeterminação crônica e sem ancoragem simbólica segura.

Um deslocamento estrutural marca essa passagem: o eixo organizador da vida social migra irrevogavelmente da lógica do trabalho/produção para a lógica do consumo. Na sociedade de produtores, a identidade era um fato social estável derivado da posição ocupacional e de classe. Na sociedade de consumidores, ela se converte em mercadoria simbólica, volátil e descartável, regida pelos mesmos ciclos de obsolescência dos bens materiais. Essa transformação projeta-se inclusive no ideal corporal: do corpo sadio (voltado para a resistência e a normatividade produtiva) para o corpo apto (flexível, moldável e preparado para consumir experiências).

O capitalismo pode ser compreendido como um sistema sociometabólico centrado na produção generalizada de mercadorias. Sua estrutura fundamental repousa na relação antagônica entre a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho assalariado daqueles destituídos de propriedade. Este é o eixo gerador da estratificação de classes, que organiza a sociedade entre os que detêm o capital e os que vendem sua força de trabalho para sobreviver.

Para sua continuidade, esse sistema depende de um ecossistema integrado de mercados competitivos, investidores em busca de acumulação, produtores orientados para a eficiência e consumidores impelidos ao desejo.

Os novos produtos despertam o entusiasmo dos consumidores porque promete fornecer aquilo de que eles precisam – mas como é que os consumidores saberiam de que precisam e onde obtê-lo se não fossem adequadamente informados? (BAUMAN, 2006, p. 115).

A articulação dessas dimensões institucionais – propriedade, trabalho assalariado, classes e mercado – não se limitou a moldar economias nacionais. Ela funcionou como um motor de expansão transnacional, destravando o surgimento de uma economia capitalista mundial. Nesse processo, fronteiras foram permeabilizadas, culturas foram mercantilizadas e a lógica do capital, ao buscar

incessantemente novos mercados e fontes de trabalho, reconfigurou o planeta, criando as bases materiais para a fase atual da globalização e da modernidade líquida.

Esta é, nos termos mais amplos, a situação que hoje se coloca para a teoria crítica - e, em termos mais gerais, para a crítica social. Ela se reduz a unir novamente o que a combinação da individualização formal e o divórcio entre o poder e a política partiram em pedaços. Em outras palavras, redesenhar e repovoar a hoje quase vazia ágora - o lugar de encontro, debate e negociação entre o indivíduo e o bem comum, privado e público. Se o velho objetivo da teoria crítica - a emancipação humana - tem qualquer significado hoje, ele é o de reconectar as duas faces do abismo que se abriu entre a realidade do indivíduo *de jure* e as perspectivas do indivíduo *de facto*. E indivíduos que reaprenderam capacidades esquecidas e reapropriaram ferramentas perdidas da cidadania são os únicos construtores à altura da tarefa de erigir essa ponte em particular. (BAUMAN, 2001, p. 51, grifo do autor).

Impera a figura do sujeito empreendedor de si, incumbido de gerir sua própria vida como um projeto de investimento. Contudo, atividades cujo valor não é imediatamente tangível ou monetizável – como a pesquisa científica desinteressada, a reflexão filosófica ou a produção artística autônoma – são sistematicamente desvalorizadas, por não se adequarem à lógica do retorno financeiro imediato. A própria educação superior, ao ser crescentemente submetida à lógica de mercado, é ressignificada como uma *commodity*. O ato de "pagar pelos estudos" reforça uma percepção instrumental e consumerista do conhecimento, onde o valor de uso formativo é suplantado pelo valor de troca simbólico e pelo status que a credencial adquirida confere.

A tecnologia digital, apresentada como ferramenta de otimização e conexão universal, engendra uma paradoxal forma de dependência. Se, por um lado, ela comprime o espaço-tempo e vende a promessa de uma comunicação sem fronteiras, por outro, gera uma síndrome de abstinência simbólica quando seu acesso é interrompido. Essa sensação de desamparo revela que os suportes tecnológicos deixaram de ser meros instrumentos para se tornarem infraestruturas da sociabilidade e da própria subjetividade. A conectividade permanente cria uma nova modalidade de vulnerabilidade, na qual a desconexão é vivida como exclusão e perda de agência. Em última instância, a liquefação dos laços mediada pela tecnologia pode, ironicamente, forçar uma redescoberta obrigatória do espaço físico

e comunitário, como último reduto de uma interação não totalmente mediada pelo mercado e pelo digital.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALMEIDA, Felipe Quintão de; GOMES, Ivan Marcelo; BRACHT, Valter. (Orgs.) *Bauman & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho*. São Paulo, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Europa: uma aventura inacabada*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Trad, Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. São Paulo: Zahar Editor, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Traduções de Guacira Lopes Louro, M. d. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.
- BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista de Ciências Sociais*, Universidade Federal do Ceará - UFC, v. 39, n. 1, p. 98-104, 2008. DOI: <https://doi.org/10.36517/rcs.v39i2.511>. Disponível em: <<https://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/511>>. Acesso em setembro. 2025.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Tradução: Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEWEY, John. *Democracia e Educação: Introdução à Filosofia da Educação*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979. p. 75-106.

DEWEY, John. Em busca de la gran comunidad. In: \_\_\_\_\_. *La opinión pública y sus problemas*. Madrid: Ediciones Morata, 2004. p. 135-156.

DI CESARE, Donatella. *Bauman, crítico da modernidade, e as existências líquidas sempre em risco*. Instituto Humanitas Unisinos: São Leopoldo, RS, 2019. Disponível em :  
<<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/585900-bauman-critico-da-modernidade-e-as-existencias-liquidas-sempre-em-risco-artigo-de-donatella-di-cesare>>. Acesso em 21 de setembro de 2022.

ENOQUE, Antônio Geraldo. Olhares sobre a culpa no capitalismo moderno: um diálogo entre Deleuze-Guattari e Walter Benjamin. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 21, n. 4, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395120220166>>. Acesso em mar. 2024.

FERGUSON, Harry. *The Lure of Dreams: Sigmund Freud and the Construction of Modernity*. Londres: Routledge, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 13ª ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HONNETH, Axel. *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento*. São Paulo: Unesp, 2018

LEITE SOUZA, Wuldson Marcelo. *Uma excursão pelo contemporâneo a partir do conceito de modernidade líquida de Zygmunt Bauman*. 2012. 112 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, Área de Concentração: Epistemes Contemporânea, 2012. Disponível em: <<http://ri.ufmt.br/handle/1/4437>>. Acesso em jan. 2025.

LIPIETZ, A. O. *Audácia: uma alternativa para o século XXI*. São Paulo, SP: Nobel, 1991.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003

MELO, Rúrion. *Sentidos da emancipação: para além da antinomia revolução versus reforma*. 2009. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2009b.

PAULA, Ana Paula Paes de; PAES, Kettle Duarte. *Fordismo, pós-fordismo e ciberfordismo: os (des)caminhos da Indústria 4.0*. Cadernos EBAPE.BR, v. 19, n. 4, p. 1047–1058, out. 2021.

SANTIAGO SOBRINHO, João Batista. *Devir líquido e crise metafísica no texto rosiano*. *Revista cerrados*, v. 17, n. 25, 2008.

SANTOS, Alda; RIBEIRO, Francielly; SOARES, Vássia. IFMG (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais). E-book Tabela Periódica: curiosidades que você precisa saber sobre os elementos químicos. Belo Horizonte: IFMG, 2021. Disponível em:

<<https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/professoras-e-aluna-do-ifmg-publicam-e-book-com-curiosidades-sobre-a-tabela-periodica/e-book-tabela-periodica-curiosidades-voce-precisa-saber-sobre-os-elementos-quimicos.pdf>>. Acesso em: outubro de 2025.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Por uma globalização emancipatória*. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Guilherme Ferreira; SILVA, Otávio Guimarães Tavares da. Conceito de “Modernidade Líquida”: revisão teórica e implicações para a prática de vida. *Cadernos Zygmunt Bauman* [online], v. 3, n. 2, p. 40-61, 2012.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EdUSP, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARTORI, Edimara Luciana. - Tese de Doutorado: *Imagens líquidas na obra de Augusto Abelaira: Sujeito e História na Pós-Modernidade*. Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ. Rio de Janeiro / RJ, 2007.

SASSEN, Saskia. *Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SILVA, Rafael Bianchi; MENDES, Jéssica Paula Silva; ALVES, Rosieli dos Santos Lopes. *O CONCEITO DE LÍQUIDO EM ZYGMUNT BAUMAN: CONTEMPORANEIDADE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE*. Athenea Digital. *Revista de Pensamiento e Investigación Social*, vol. 15, n. 2. Universidade Estadual de Maringá, 2015. p. 249-264. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53741125010>>. Acesso em: 07. Novembro. 2022.

ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.